



**UniCEUB – Centro Universitário de
Brasília Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais -
FAJS**

ANTONIO SERGIO MALAQUIAS DE QUEIROZ FILHO

**O CONCERTO EUROPEU E A PAZ DO SÉCULO XIX:
A ESTABILIDADE, A ORDEM, O IMPERIALISMO E OS
MOVIMENTOS NACIONAIS PARA AS GRANDES
POTÊNCIAS**

**Brasília
2008**

Queiroz Filho, Antonio Sergio Malaquias.

O Concerto Europeu e a Paz do Século XIX: a Estabilidade, a Ordem, o Imperialismo e os Movimentos Nacionais Para as Grandes Potências: [S.n.], 2008.

74 f.

Trabalho de conclusão de Curso UniCEUB – Centro Universitário de Brasília. Curso de Relações Internacionais.

1. Teoria e História das Relações Internacionais; 2. Concerto Europeu; 3. Século XIX.

ANTONIO SERGIO MALAQUIAS DE QUEIROZ FILHO

**O CONCERTO EUROPEU E A PAZ DO SÉCULO XIX: A
ESTABILIDADE, A ORDEM, O IMPERIALISMO E OS
MOVIMENTOS NACIONAIS PARA AS GRANDES
POTÊNCIAS**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.

Brasília

2008

I

ANTONIO SERGIO MALAQUIAS DE QUEIROZ FILHO

**O CONCERTO EUROPEU E A PAZ DO SÉCULO XIX: A
ESTABILIDADE, A ORDEM, O IMPERIALISMO E OS
MOVIMENTOS NACIONAIS PARA AS GRANDES
POTÊNCIAS**

BANCA EXAMINADORA

PROF^a. RAQUEL BOING MARINUCCI
(ORIENTADORA)

PROF. FREDERICO SEIXAS DIAS
(EXAMINADOR)

PROF. DELMO DE OLIVEIRA ARGUELHES
(EXAMINADOR)

Brasília

2008

Dedico esta monografia à minha família, pelo apoio desde o início do curso até o momento da conclusão.

Aos professores que foram verdadeiros mestres.

AGRADECIMENTO

Agradeço à minha família, pelo suporte, ajuda e paciência durante os meses críticos da elaboração deste trabalho.

À Professora Raquel Boing, pela imensa paciência, zelo e atenção dispensados a mim e ao meu trabalho.

Aos meus colegas de curso, pelo bom humor e companhia durante quatro longos anos.

A todos que me auxiliaram e apoiaram na vida acadêmica.

*As fronteiras foram riscadas no mapa,
a Terra não sabe disso:
são para ela tão inexistentes
como esses meridianos com que os velhos sábios a recortavam
como se fosse um melão.
É verdade que vem sentindo há muito uns pruridos,
uma leve comichão que às vezes se agrava:
ela não sabe que são os homens...
Ela não sabe que são os homens com as suas guerras
e outros meios de comunicação.*

Mário Quintana

RESUMO

O trabalho analisa a **paz do Século XIX** na Europa e sua relação com o **Concerto Europeu**. São utilizados os conceitos de **estabilidade** e **ordem**, apresentados respectivamente pelo Realismo político e pela Escola Inglesa das Relações Internacionais. Contudo, a multiplicidade de acontecimentos nesse período, torna necessária a adoção de mais duas teorias: as teorias marxistas, explicando a expansão do **imperialismo**, e as teorias nacionalistas, para que se compreenda os **movimentos nacionais** do período. Para a apresentação histórica do Concerto, utiliza-se a divisão em três períodos de Adam Watson. Ainda no capítulo histórico, são enfatizados os interesses das grandes potências, os arranjos internos como a **Santa Aliança** e o trabalho de estadistas como Metternich, Napoleão III e Bismarck. No último capítulo, os conceitos teóricos são aplicados aos acontecimentos históricos.

Palavras-chave: Paz do Século XIX. Concerto Europeu. Estabilidade. Ordem. Imperialismo. Movimentos Nacionais. Santa Aliança.

ABSTRACT

This paper analyzes **19th Century peace** in Europe and how it is related with the **Concert of Europe**. The concepts of **stability** and **order** are presented by Political Realism and the English School of International Relations, respectively. Bearing in mind that the multiplicity of events of the period, they require the adoption of two other theories: Marxism, for the explanation of **imperialism**, and nationalist theories to explain **national movements**. Concerning the historical view of the Concert, the chronological division established by Adam Watson will be adopted. The emphases in this chapter are the interests of the great powers, the internal configurations, like the **Holy Alliance** and the acts of statesmen like Metternich, Napoleon III and Bismarck. In the last chapter, the theoretical concepts will be applied to analyze the historical facts.

Keywords: 19th Century Peace. Concert of Europe. Stability. Order. Imperialism. National Movements. Holy Alliance.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1 Teoria das Relações Internacionais direcionada ao Concerto Europeu.....	3
1.1 Realismo: o Equilíbrio e a Luta pelo Poder.....	4
1.1.1 As Três Políticas de Poder: <i>Status Quo</i>, Imperialismo e Prestígio.....	6
1.1.2 O Equilíbrio de Poder.....	9
1.2 A Escola Inglesa e a Ordem Internacional.....	13
1.3 As Forças Profundas: as Forças Econômicas e o Sentimento Nacional.....	17
1.3.1 As Forças Econômicas.....	21
1.3.2 O Nacionalismo.....	24
2 O Concerto Europeu.....	27
2.1 Antecedentes Históricos: a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas.....	27
2.2 O Primeiro Período do Concerto: 1818 a 1848.....	31
2.3 A Crise do Concerto: o período entre 1848 e 1871.....	40
2.4 Um Novo Período de Paz? De 1871 a 1914.....	51
3 Leitura Teórica do Concerto Europeu.....	57
3.1 A Estabilidade e a Ordem.....	57
3.2 Os Impérios Econômicos.....	63
3.3 Movimentos Nacionalistas.....	66
Conclusão.....	70
Referências.....	73

INTRODUÇÃO

Desde sua formalização como ciência, no início do Século XX, a disciplina de Relações Internacionais tem se preocupado em compreender as causas da guerra e da paz e quais fatores seriam capazes de indicar a tendência dos Estados tanto para uma quanto para a outra. Logo, a análise de um período tão singular como o Século XIX torna-se imprescindível para todos os que buscam compreender melhor as relações entre os Estados, quais os interesses que estes buscam na paz ou no conflito e quais são as forças que agem paralelamente a eles. Uma das peculiaridades deste período foi a capacidade das grandes potências européias ao promover uma hegemonia coletiva no continente, o que supostamente gerou uma paz de quase um século.

O foco deste trabalho é apresentar a forma como esta paz ocorreu, qual o compromisso dos membros do Concerto Europeu com ela, e questionar quais seriam os limites da mesma. Contudo, dois outros fenômenos alteraram consideravelmente o equilíbrio estabelecido dentro do Concerto: a ascensão dos movimentos nacionalistas e a expansão econômica. A manutenção ou violação da paz estava diretamente ligada a estes dois elementos, o que os tornam imprescindíveis para o estudo que se deseja fazer.

O primeiro capítulo elucidará os pressupostos teóricos necessários à análise do trabalho: serão apresentados o Realismo político com seu conceito de equilíbrio de poder; a Escola Inglesa das Relações Internacionais, enfatizando a ordem e a sociedade internacional; e, com a ajuda do método da Escola Francesa, serão apresentadas as correntes marxistas do imperialismo e as teorias nacionalistas. Cabe aqui a observação que, nesta última parte, a expansão econômica e os nacionalismos serão apresentados, *a priori*, dentro das categorias de forças profundas desenvolvida por Pierre Renouvin. Em seguida o uso as teorias marxistas e nacionalistas aprofundarão as categorias propostas por Renouvin.

O segundo capítulo apresentará a história do Século XIX, focado nas ações das grandes potências européias. Será iniciado com um breve resumo da Revolução Francesa e, para a cronologia do Concerto, adotar-se-á a divisão em três períodos utilizada por Adam Watson. A ênfase neste capítulo será nas configurações de alianças

dentro do Concerto, a eclosão dos movimentos nacionais, o desenvolvimento dos impérios econômicos e os conflitos que mudam significativamente o sistema estabelecido em 1815.

No terceiro capítulo, os conceitos teóricos serão aplicados aos acontecimentos históricos. Apesar das relações que se deseja estudar serem apontadas durante todo o desenvolvimento do trabalho, apenas neste capítulo essas conexões serão, de fato, estabelecidas.

Desta forma, ao final espera-se que as motivações e pressões experimentadas pelas potências européias durante o Século XIX, tanto para manter a paz quanto para violá-la, sejam clarificadas. O esforço de compreender o papel das políticas de poder, dos movimentos nacionais e dos impérios econômicos nas ações dos *hegemons* mostrará o quão relacionadas estas categorias estão entre si e como seria inapropriado a adoção de apenas uma na explicação do Concerto Europeu.

1 Teoria das Relações Internacionais Direcionada ao Concerto Europeu

A compreensão das ações e arranjos do Concerto Europeu de forma lúcida requer um embasamento teórico prévio. Para tal, utilizar-se-á a Escola Realista e a Escola Inglesa das Relações Internacionais com seus respectivos conceitos de equilíbrio de poder e ordem internacional, bem como seus desdobramentos. Tendo em vista que apenas estes dois conceitos não são suficientes para o entendimento dos eventos ocorridos no século XIX, também será adotado o arcabouço elaborado pela Escola Francesa de Relações Internacionais de *forças profundas*, especificamente em duas de suas categorias: as forças econômicas e o sentimento nacional. Objetivando uma análise mais densa da relação dessas duas categorias com o conteúdo histórico apresentado no capítulo segundo, elas serão aprofundadas, teoricamente, com o uso respectivo do Marxismo e das Teorias do Nacionalismo.

A escolha dessas escolas deve-se às características do sistema estabelecido pelas grandes potências. É um consenso entre os autores pesquisados o papel do equilíbrio de poder dentro do Concerto Europeu. Por isso, este conceito será explorado dentro do trabalho do autor realista Hans Morgenthau que em sua obra explora as diversas configurações que o equilíbrio de poder pode adquirir e as ações que os Estados executam visando a mantê-lo ou violá-lo. Contudo, dentro das limitações do Realismo clássico, o conceito não é suficiente para explicar as ações conjuntas das potências dentro do Concerto. O conceito de ordem dentro do contexto de uma “sociedade internacional” será utilizado para descrever os eventos do Século XIX na Europa ou, pelo menos, parte dele.

Todavia, restringir o estudo do Concerto Europeu às atitudes das grandes potências seria negligenciar dois grandes fenômenos internacionais que interferiram diretamente na ordem Européia. A expansão comercial capitalista e a ascensão dos movimentos nacionais modificaram, significativamente, a previsibilidade que havia dentro do Concerto. Ao levar em consideração as políticas adotadas pelos Estados e a forma como outros fenômenos (no caso a expansão econômica e o nacionalismo) a influenciam ou são influenciados pelas mesmas, é adotada essencialmente a

metodologia da Escola Francesa das Relações Internacionais, que será explicada posteriormente neste capítulo.

1.1 Escola Realista: o Equilíbrio e a Luta Pelo Poder

O realismo político, que por muito tempo permaneceu como o paradigma dominante das relações internacionais, originou-se muito antes da criação da disciplina. As obras dos autores como Tucídides, Maquiavel e Hobbes, denominados precursores, foram de fundamental importância para a formalização teórica e formação de uma ciência da política internacional. Entretanto, antes da apresentação dos pressupostos básicos do Realismo, é preciso reconhecer que alguns dos argumentos desta escola sofrem críticas constantes de seus opositores, não apenas pelo seu conteúdo, mas também pela metodologia como muitos dos conceitos realistas são aplicados. O uso de argumentos simplistas para explicação de condições complexas e a visão das relações internacionais como cíclicas são apenas algumas das limitações da teoria que serão confrontadas com a mesma à medida que seus pressupostos forem explicados.

Serão apresentadas várias críticas ao trabalho de Morgenthau durante a apresentação dos seus conceitos. Qual seria o motivo para a escolha de um autor tão controverso? Apesar de o conceito de equilíbrio de poder ser antigo, poucos autores dedicaram ao ele tanta atenção dentro das suas linhas teóricas como Morgenthau, que apesar da inflexibilidade e ortodoxia, é referência ao se estudar o conceito. Esta é a justificativa principal para sua escolha como autor central na descrição do equilíbrio de poder que é de extrema importância para este trabalho.

A teoria elaborada por Morgenthau reúne seis pressupostos básicos cuja compreensão ajudará na posterior apresentação das políticas do poder e do equilíbrio de poder. O primeiro dos princípios remete à natureza humana, e que é preciso levar em consideração a racionalidade e os interesses ao avaliar uma situação de guerra; o segundo princípio afirma que os interesses dos Estados são sempre definidos em termos de poder, e que não há constrangimento moral capaz de interferir nesses interesses¹;

¹ MORGENTHAU, Hans J. *A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. p. 8-9.

como terceiro princípio, há uma complementação do segundo: a categoria do interesse definido em poder é universal e independente da existência dos Estados²; o quarto dissocia a ação política da moral, pois diferentemente dos indivíduos no cenário doméstico. No internacional, as restrições morais não podem subjugar as ações políticas. O penúltimo princípio diferencia as aspirações morais dentro de uma nação das que regem o sistema internacional e, em seu último princípio, Morgenthau afirma, como grande diferencial da Escola Realista, a autonomia da esfera política em relação à economia ou ao direito.

Dois dos princípios nos quais Morgenthau embasa o realismo político ajudam a mostrar as limitações da sua teoria. São eles a natureza humana e a definição de interesses em termos de poder. Ao relacionar as ações políticas com o comportamento humano como descrito pelos precursores, Morgenthau justifica um conjunto muito complexo de variáveis através de um argumento simplista. Esta conclusão pode ser alcançada através da afirmação de Farias de que “a natureza humana é uma categoria muito genérica e pouco explicativa para ser considerada uma causa da guerra e da paz.”³ Quanto à questão dos interesses, Viotti e Kauppi criticam a forma como os realistas exaltam o papel dos mesmos nas questões estatais, sem contudo explicar como os Estados definem seus interesses ou os processos pelos quais os interesses podem ser alterados.⁴

O conceito de poder, de acordo com Morgenthau, seria “o controle do homem sobre as mentes e ações de outros homens.” E como poder político as “relações mútuas de controle entre os titulares da autoridade pública e entre os últimos e o povo de modo geral.”⁵ Keohane critica a falta de precisão do conceito de poder, como apresentado pelos realistas, afirmando que existem várias fontes de poder que podem ser utilizadas para vários fins, não apenas o conflito.⁶

² SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 92.

³ FARIAS, Rogério. *A Política Entre as Nações: A Luta Pela Guerra e Pela Paz*. Disponível em: <<http://rofarias.googlepages.com/Meuartigona-rbpin2ano47abertura10.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2008. p. 4.

⁴ VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*. 3. Ed. Needham Heights: Allyn and Bacon, 1999. P. 86.

⁵ MORGENTHAU, Hans J. *A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. p. 51.

⁶ KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph S. *Power and interdependence*. 2ª ed. Harper's Coll, 1989.p. 7.

Por ter sido considerado por muito tempo o paradigma dominante das relações internacionais, boa parte da ontologia das outras escolas teóricas baseia-se nos pressupostos da teoria realista (contrariando ou corroborando-os). Isto justifica seu maior detalhamento em comparação às outras apresentadas neste trabalho. Dentre os autores cujas obras foram utilizadas no capítulo segundo, os termos e conceitos do Realismo aparecem constantemente, não apenas na contribuição dos que se declaram realistas como Kissinger, mas também em autores de outras escolas como Adam Watson e Renouvin.

A elucidação dos preceitos da Escola Realista das Relações Internacionais tem um fim específico dentro deste trabalho: justificar dois preceitos cujo uso é recorrente por muitos dos autores utilizados na leitura histórica do Século XIX, como afirmado no parágrafo anterior. São eles as três categorias de políticas que os Estados podem adotar, e o conceito de equilíbrio de poder com suas implicações. Ambos apresentados através da ótica de Morgenthau, devido ao aprofundamento conferido pelo autor às duas categorias. No entanto, é preciso estar ciente de que os argumentos da natureza humana, da racionalidade e dos interesses, que guiam as nações, são constantemente colocados como fundamentos para as categorias apresentadas, tornando-se necessário levar em consideração as limitações aos dois primeiros princípios realistas, trabalhados anteriormente. Visto que as categorias da forma, como apresentadas, são demasiado complexas, seu aprofundamento neste trabalho é limitado ao que é considerado útil ao entendimento do Concerto Europeu.

1.1.1 As Três Políticas do Poder: *Status Quo*, Imperialismo e Prestígio

Para Morgenthau, quaisquer interações entre os Estados podem ser encaixadas em três tipos de política: as que visam à manutenção do equilíbrio de poder estabelecido são chamadas de políticas de *status quo*; quando o objetivo é a violação deste equilíbrio de poder, a política aplicada é a de imperialismo; e, quando uma nação intenta demonstrar seu poder para as demais, é configurada uma política de prestígio. Deve-se levar em conta, antes do aprofundamento nas três políticas, que, para autores do Realismo Clássico, como Morgenthau, as ações no âmbito do sistema internacional

resumem-se à guerra, onde os períodos de paz são apenas a preparação para o próximo conflito⁷.

Essas três categorias políticas não serão debatidas ou confrontadas com os conceitos das outras escolas, salvo pela divergência entre o imperialismo na visão de Morgenthau, e o imperialismo da Escola Marxista. Contudo, na narração histórica do Capítulo Segundo, os termos aqui apresentados são recorrentes, isto justifica a apresentação dos mesmos para que o leitor se familiarize com eles.

O *status quo* “visa à manutenção da distribuição do poder que existe em um momento particular na história”⁸. Ou seja, a aplicação deste tipo de política busca manter uma configuração previamente alcançada, onde pequenos ajustes são tolerados, desde que o desenho básico do sistema seja conservado. Ocorrem geralmente após um conflito generalizado⁹, assegurando que a paz firmada perdure. As alianças também são meios efetivos para a implementação deste tipo de política do poder. O apoio de outros Estados também comprometidos com a constância do sistema confere uma maior possibilidade de manobras visando a constranger as políticas imperialistas dos Estados alheios à aliança.

Morgenthau demonstra preocupação com o uso da palavra *imperialismo* em consequência da amplitude de significados atribuídos ao termo que, segundo ele, estariam dissociados do conceito da política externa referida¹⁰. Assim, o autor esclarece as situações nas quais acredita que a nomenclatura de imperialismo é empregada erroneamente. O primeiro esclarecimento feito por ele é que não se deve classificar como imperialismo qualquer aumento ou diminuição de poder, pois a política de imperialismo implica, essencialmente, a violação do *status quo* estabelecido¹¹. A segunda situação, onde o emprego do termo seria equivocado, alude à manutenção de um império colonial ou de uma zona de influência.

⁷ MORGENTHAU, Hans J. *A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. p. 87.

⁸ *Ibidem*, 89

⁹ *Ibidem*, 90

¹⁰ *Ibidem*, 97

¹¹ *Ibidem*, 98

Já o terceiro uso equivocado do termo, na visão do autor, advém das escolas econômicas que, dentro do seu âmbito, versaram sobre as implicações do imperialismo. Neste ponto, é necessário lembrar o último dos princípios realistas, de que a esfera política é autônoma da economia ou do direito. Este pressuposto mostra outra das limitações da perspectiva realista apresentada por Morgenthau: ele afirma ter elaborado uma teoria política; não leva, pois, em consideração nenhum outro tipo de relação entre os Estados, como a cooperação ou a dependência econômica.

Apesar do uso da política de imperialismo no segundo capítulo, dentro da visão de Morgenthau, a vertente econômica da mesma, que é “inválida” dentro da visão do autor, também será útil na compreensão dos acontecimentos do Século XIX.

As três teorias econômicas que empregam o termo *imperialismo* são o Marxismo, o Liberalismo e a “teoria diabólica”. O uso do termo *diabólica* para definir o que na verdade é uma teoria pacifista é uma das demonstrações da inflexibilidade de Morgenthau no tocante a teorias que discordam da dele. A teoria marxista parte do princípio de que as estruturas sociais são determinadas pela infra-estrutura econômica; logo, a política de imperialismo é causada pelo sistema capitalista. A consequência inevitável do capitalismo seria a saturação dos mercados internos, obrigando o Estado capitalista a “escravizar” novas áreas a fim de obter novos mercados, suprimindo a oferta interna. A Escola Liberal consideraria a política imperialista como uma das possíveis soluções para as crises de superprodução que ocorrem dentro do capitalismo. Entretanto, o liberalismo econômico não aponta o imperialismo como a escolha mais racional, visto que reformas internas seriam mais eficientes para sanar os problemas de superprodução¹². Por fim, a teoria “diabólica” associa a política imperialista aos interesses de grandes grupos industriais que lucram com a guerra¹³.

A principal crítica de Morgenthau a essas teorias é que faltam a elas exemplos históricos que corroborem seus pressupostos teóricos, e que o enriquecimento, que possivelmente ocorreria ao vencedor de um conflito, seria apenas um subproduto da

¹² MORGENTHAU, Hans J. *A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. p. 104.

¹³ *Ibidem*, 105

vitória, e não o fim em si da guerra¹⁴. No entanto, como será mostrado no subcapítulo 1.3.1, o desenvolvimento da teoria marxista do imperialismo baseia-se na evidência histórica. E, mais uma vez, o argumento dos interesses em termos de poder é utilizado sem nenhum aprofundamento maior sobre a relação entre política e economia.

Cientes das limitações que Morgenthau impõe ao conceito devido aos pressupostos epistemológicos do Realismo Clássico, a política de imperialismo envolve obrigatoriamente a quebra do *status quo*. A política de prestígio apresenta diferenças quando comparada às outras duas políticas de poder: Morgenthau afirma que o prestígio como *fim* é possível somente no meio doméstico; no sistema internacional a obtenção de prestígio ocorre apenas como *meio* para a posterior implementação de uma política de *status quo* ou de imperialismo. Tal visão é fruto de como os realistas enxergam as relações entre os Estados no sistema internacional: devido à anarquia, as únicas interações entre os atores são regidas pelo poder; logo, a aplicação da política de prestígio, como fim, seria um dispêndio que não traria nenhuma vantagem ao Estado.

As três políticas, que Morgenthau afirma resumir todas as possibilidades de interações entre os Estados, são relatadas com frequência na descrição histórica de Renouvin sobre o século XIX. Contudo, seria um ato de ingenuidade acreditar que realmente todas as ações dos Estados podem ser resumidas em três categorias. Assim, apesar de importantes para o entendimento da visão que Renouvin apresenta, esses conceitos têm sua aplicabilidade limitada pela perspectiva histórica de outras escolas.

1.1.2 O Equilíbrio de Poder

O constante câmbio de alinhamentos e a formação de alianças dentro do Concerto Europeu atribuem grande importância ao conceito de equilíbrio de poder¹⁵, tornando-o essencial para a elucidação dessas configurações bem como suas conseqüências no sistema. Apesar desta relevância para o tema, é preciso considerar as limitações do uso de equilíbrio de poder. O conceito aparenta ser simples, especialmente

¹⁴ MORGENTHAU, Hans J. *A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. p. 105-106.

¹⁵ Morgenthau cita quatro conceitos distintos para equilíbrio de poder: como uma política voltada para um certo estado de coisas; como um estado de coisas real, em que o poder é distribuído em várias nações, com uma igualdade aproximada; como uma distribuição aproximadamente igual de poder; e como qualquer distribuição de poder.

quando metaforizado através da imagem de uma balança; porém, uma das principais críticas é que praticamente qualquer estado de forças pode ser classificado como equilíbrio de poder, mas isto não se deve à utilidade do termo nas relações internacionais, mas à sua ampla lista de significados. Viotti e Kauppi questionam se essa abundância de significações, na verdade, não indica que o termo *equilíbrio de poder* possa ser qualquer ou nenhuma coisa ao mesmo tempo. Os autores ainda criticam sua utilidade, já que o modelo que apenas informa que a guerra acontece, não contribui em nada para sua previsibilidade ou prevenção.¹⁶

Morgenthau atribui ao termo uma função cíclica: sempre que perturbado, a tendência é o restabelecimento do equilíbrio antigo ou de um novo; um caráter universal: configurações de equilíbrio ocorreriam em vários níveis da sociedade e em várias ciências; e uma existência própria, pois o equilíbrio é alheio à vontade dos atores que o praticam¹⁷.

A associação entre o equilíbrio e a estabilidade é possível graças à multiplicidade dos elementos do sistema internacional (no caso, os Estados): quando um desses elementos ascende sobre os demais, a tendência natural seria que os outros atores formassem uma coalizão e que, juntos, suprimissem o poder do elemento hegemônico, restaurando o equilíbrio ao sistema ou criando um novo. Entretanto, a própria multiplicidade dos Estados também pode ser vista como fator desestabilizador do sistema: por estarem imersos na anarquia, a desconfiança constante entre os elementos, necessariamente¹⁸ os levará ao conflito, tornando o sistema internacional um ambiente instável. Logo, devido à natureza que o Realismo confere à política internacional, a estabilidade baseada no equilíbrio de poder é tênue e constantemente sujeita a mudanças, sempre que perturbado. A tendência natural do equilíbrio é ser restabelecido em um momento posterior. Isto confere um caráter dinâmico à estabilidade gerada pelo equilíbrio de poder.

¹⁶ VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*. 3. Ed. Needham Heights: Allyn and Bacon, 1999. p. 85.

¹⁷ MORGENTHAU, Hans J. *A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. p. 321-322.

¹⁸ *Ibidem*, 332-333

Esta estabilidade dinâmica confere com a descrição de alguns momentos específicos do Concerto Europeu; no entanto, seria ela suficiente para explicar de forma geral o sistema formado entre as grandes potências européias? Conforme será apresentado posteriormente, a *ordem* definida pela Escola Inglesa também é capaz de explicar algumas das ações do Concerto. No capítulo terceiro, os dois conceitos serão devidamente comparados dentro da ótica dos acontecimentos históricos.

Os Estados dispunham de uma série de métodos dentro do equilíbrio de poder, tanto para as políticas de *status quo* quanto para as de imperialismo. Morgenthau enumera quatro métodos e, apesar de todos serem facilmente identificados no Século XIX, o único apresentado aqui, será o das alianças, devido ao seu maior contato com o tema.

O destaque conferido à configuração de alianças por Morgenthau fica claro na afirmação de que “historicamente, contudo, a mais importante manifestação do equilíbrio de poder deve ser vista não no equilíbrio de duas nações isoladas, mas nas relações entre uma nação ou aliança de nações com outra aliança.”¹⁹

A formação de uma aliança pressupõe uma harmonia de interesses anterior à forja do acordo. Os interesses dos Estados associados não necessariamente devem ser idênticos, mas é requerida uma compatibilidade entre eles, do contrário, não haveria motivação para o estabelecimento de tal acordo. Entretanto, a harmonia de interesses, apenas, não seria suficiente para a formação da aliança. Morgenthau explica que “somente quando esses interesses comuns são incipientes ou incompletos é que se torna necessário torná-los explícitos e operativos.”²⁰ Contudo, muitos Estados prefeririam permanecer neutros diante de uma oferta de aliança, principalmente por temer ônus que o comprometimento a uma aliança poderia acarretar, como o envolvimento em uma guerra desnecessária na qual os interesses diretos não estão envolvidos.

A política neutra da Grã-Bretanha durante boa parte do século XIX é atribuída ao receio do envolvimento desnecessário. Contudo, também será possível perceber no

¹⁹ MORGENTHAU, Hans J. *A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. p. 344.

²⁰ *Ibidem*, 348.

capítulo segundo como a política econômica interferiu nas atitudes inglesas referentes às políticas de alianças. Desde já é preciso considerar o fator econômico como elemento de influência na política externa das potências européias, apesar do esforço realista de desvincular a política da economia.

As alianças também podem servir como mecanismo de proteção: quando um Estado acumula poder de forma a superar o poderio, os demais elementos do sistema, individualmente, a configuração esperada é a formação de uma aliança, para que juntos, os Estados possam enfrentar a nação hegemônica. Todavia, as alianças defensivas também podem contrapor outra aliança e, neste caso, a configuração formada é chamada de contra-aliança. Morgenthau a considera como a mais recorrente das formas que o equilíbrio de poder assume.²¹

Após estruturar as possíveis combinações que podem ocorrer dentro do equilíbrio de poder, conclui-se que, pela visão de Morgenthau, o equilíbrio de poder pode garantir somente uma estabilidade relativa, intercalando os períodos nos quais ocorrem as guerras, que por sua vez estabelecem um novo equilíbrio. A tendência da estabilidade após o conflito também pode ser entendida como a aplicação de uma política de *status quo*, que preservaria o arranjo formado, até que a política imperialista de um dos atores envolvidos rompesse a estabilidade, retomando o caráter cíclico das relações entre os Estados. A partir deste ponto é necessário refletir se essa estabilidade²² precária é suficiente para explicar os acontecimentos que ocorrem na Europa durante o Século XIX, já que a única forma de paz enxergada por Morgenthau seria a substituição do sistema de equilíbrio de poder por um *Estado mundial*, com poder coercitivo para controlar qualquer ameaça à estabilidade.²³

A resposta para o questionamento é que, apesar de útil para representar algumas das configurações do Concerto Europeu em períodos específicos, o equilíbrio de poder não seria capaz de explicar mudanças no sistema internacional. De acordo com

²¹ MORGENTHAU, Hans J. *A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. p. 358.

²² VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*. 3. Ed. Needham Heights: Allyn and Bacon, 1999. p. 86.

²³ SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 97.

Viotti e Kauppi, as únicas mudanças que este sistema consegue identificar são as ascensões e quedas cíclicas dos Estados²⁴. Serão apresentados, em seguida, os conceitos da Escola Inglesa. Apesar de indicadas as comparações que se deseja fazer na busca de um entendimento teórico do Concerto, o debate de fato das correntes estudadas ocorrerá no terceiro capítulo.

1.2 A Escola Inglesa e A Ordem Internacional

Por ser capaz de conciliar pressupostos realistas com os idealistas, a chamada Escola Inglesa das Relações Internacionais pode ser considerada como uma terceira-via dentro do conteúdo teórico-clássico da disciplina. Seu desenvolvimento acadêmico se deu através das discussões dentro do Comitê Britânico de Política Internacional. Os principais autores dessa escola foram Martin Wight e Hedley Bull e sua contribuição teórica, à qual é dada maior destaque, é o conceito de *sociedade internacional* e a capacidade dos Estados de estabelecer uma *ordem internacional* entre eles. Serão utilizados para a ilustração da Escola Inglesa a análise que Gilberto Sarfati elabora da mesma, bem como trechos da principal obra de Bull, *A Sociedade Anárquica*.

Sarfati utiliza a divisão idealizada por Waever para definir quatro fases distintas da Escola Inglesa²⁵: o período inicial, que vai de 1959 até 1966, é caracterizado pela escolha dos temas centrais da Escola, que seriam o sistema e a sociedade internacional. Entre 1966 e 1977, as principais obras da escola, *O sistema de Estados* de Wight e *A Sociedade Anárquica* de Bull são publicados; em sua terceira fase, que ocorreu entre 1977 e 1992, o Comitê Britânico foi formalmente dissolvido; entretanto, uma nova geração de autores continuou com a produção intelectual da Escola; por fim, uma quarta geração iniciada em 1992, em que os autores ingleses confrontam a teoria elaborada com o Neo-Realismo e outras teorias contemporâneas.

Wight apresenta as categorias de: realismo, racionalismo e revolucionarismo. Na obra de Bull, elas são desenvolvidas respectivamente como *sistema internacional*, *sociedade internacional* e *sociedade mundial*. O aprofundamento da distinção das

²⁴ VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*. 3. Ed. Needham Heights: Allyn and Bacon, 1999. p. 86.

²⁵ SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 122.

categorias requer a conceituação de ordem como a relação de elementos dentro de uma estrutura específica, norteadas por um princípio²⁶. Porém a relação entre indivíduos também pode ocorrer através da violência; daí “a ordem que se procura na vida social não é qualquer ordem ou regularidade nas relações entre indivíduos ou grupos, mas uma estrutura de conduta que eleve a um resultado particular, um arranjo da vida social que promove determinadas regras ou valores.”²⁷

A distinção entre o sistema e a sociedade internacional será essencial para a distinção das ações dentro do Concerto Europeu, pois caso os Estados se comportassem da mesma maneira dentro ou fora da hegemonia conjunta, não haveria necessidade da mesma.

Com a finalidade de complementar o conceito de ordem social, Bull estabelece como inerentes a qualquer sociedade três princípios: a proteção contra a violência, a expectativa de cumprimento das promessas e a garantia ao direito de posse²⁸. Estes objetivos são classificados por Bull como universais, pois dificilmente, qualquer tipo de ordem seria atingível sem a pressuposição deles²⁹.

A partir do conceito de ordem social é desenvolvida sua equivalência tendo como atores os Estados, ou seja, a ordem internacional;³⁰ contudo, é preciso observar a forma como o sistema internacional é definido para a Escola Inglesa, pois este precede a existência da sociedade internacional. O Estado teria dois tipos de soberania: uma interna relacionada com a autoridade central de governo e outra externa devido à independência de autoridades estrangeiras³¹. Quando estas unidades têm suficiente contato entre si para que levem em consideração as decisões umas das outras, é formado um sistema de estados (esta concepção de sistema, como já mencionado anteriormente, tem sua origem na perspectiva realista de Wight, e literalmente remete à forma como os realistas enxergam a estrutura internacional), as interações dentro do sistema podem

²⁶ BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica: um Estudo da Ordem na Política Mundial*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 7.

²⁷ *Ibidem*, 8.

²⁸ *Ibidem*, 9.

²⁹ *Ibidem*, 10.

³⁰ A definição de Bull para ordem internacional ocorre como “um padrão de atividades que sustenta os objetivos elementares ou primários da sociedade dos Estados, ou sociedade internacional”

³¹ BULL. *op. cit.*, p. 13.

ocorrer baseadas na cooperação, no conflito ou na neutralidade, e não necessariamente as influências mútuas ocorrem de forma direta.

Dependendo como as interações ocorrem dentro do sistema internacional, com valores e interesses comuns, ele pode ser caracterizado como uma sociedade internacional. A sociedade internacional ocorre quando “um grupo de estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns.”³²

Apesar do equilíbrio de poder, como visto pela escola realista, fornecer o entendimento teórico de alguns momentos específicos do Concerto Europeu, conforme já afirmado anteriormente, o conceito é capaz de identificar uma estabilidade precária entre conflitos cíclicos. O conceito de sociedade internacional mostra-se capaz de enquadrar melhor o Concerto do que a visão realista o faz; contudo, também é preciso considerar as limitações desse conceito. Apesar de mais flexível que o Realismo, a Escola Inglesa também não identifica nenhuma causa econômica para o conflito ou para a cooperação. Wallerstein critica as teorias sistêmicas que não levam conta a diferença de desenvolvimento entre os Estados e seu aspecto dinâmico. Ao se afirmar que existe uma sociedade internacional, sem considerar o sistema capitalista e os interesses econômicos dos Estados, a Escola Inglesa negligencia fatores que, para os autores marxistas, definem as relações entre os Estados.³³

Agindo na manutenção da sociedade, estaria a ordem internacional entendida como as atividades que sustentam os objetivos da primeira.³⁴ Sarfati enumera os elementos sustentadores da ordem internacional como: interesses comuns, ou seja, quando um Estado leva em consideração o impacto de sua política nos demais Estados da sociedade; as regras, estabelecidas como os princípios do direito internacional; e as instituições como mantenedoras do sistema de regras.³⁵ A partir deste momento, Bull

³² BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica: um Estudo da Ordem na Política Mundial*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 19.

³³ VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*. 3. Ed. Needham Heights: Allyn and Bacon, 1999. p. 352.

³⁴ BULL. op. cit., p. 23.

³⁵ SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 129.

indica quais são os objetivos específicos da sociedade internacional. O autor acredita que o cumprimento desses objetivos não requer regras impositivas, mas que funcionaria como princípios básicos à sociedade; o seu cumprimento não seria determinado pela capacidade de coerção, mas pelo compromisso mútuo dos Estados.

O objetivo primário seria a proteção da própria sociedade e dos Estados que a compõem. Contudo, a preservação da soberania (entendida como a soberania externa, ou a independência em relação aos outros Estados) estaria submissa ao objetivo da preservação da sociedade. Bull destaca que grandes potências, ao agirem como guardiãs da sociedade, muitas vezes violam esta soberania, absorvendo ou dividindo potências menores em nome da sobrevivência da estrutura.³⁶

A manutenção da paz seria outro objetivo da sociedade internacional. Bull explicita que a paz alcançável não é universal ou permanente, mas o que se pretende manter é “a ausência de guerra entre os estados membros da sociedade internacional, seja a situação normal do seu relacionamento, rompida apenas em circunstâncias especiais, segundo princípios geralmente aceitos.”³⁷ Todavia, o objetivo da paz estaria subordinado aos dois objetivos anteriores: a independência dos Estados e a preservação da sociedade.

Somados a estes objetivos específicos da sociedade internacional, estariam os três objetivos inerentes a qualquer sociedade, enumerados anteriormente por Bull. O objetivo da contenção da violência. Quando a mesma é entendida como guerra, refere-se aos Estados praticarem-na se sua causa for “justa”, havendo claro, uma definição comum de justiça entre os Estados que compõem a sociedade.³⁸ O objetivo, que versa sobre os cumprimentos das promessas acordadas, remete ao princípio do direito internacional do *pacta sunt servanda*. E a proteção da propriedade privada se transforma no reconhecimento e respeito mútuo da soberania dos Estados.

³⁶ BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica: um Estudo da Ordem na Política Mundial*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 24.

³⁷ *Ibidem*, 24

³⁸ *Ibidem*, 25

1.3 As Forças Profundas: as Forças Econômicas e o Sentimento Nacional

Assim como a Escola Inglesa e o Realismo, a chamada *Escola Francesa das Relações Internacionais* baseia-se na análise histórica para estudar a política internacional. Apesar de também considerar os Estados como os principais atores das Relações Internacionais, a tradição francesa considera imprescindível o estudo dos povos que formam o Estado e dos indivíduos que formam os povos. Este foco nos sistemas formados dentro dos Estados aprofundou o estudo da história das relações internacionais além da tradicional história diplomática.³⁹

Os principais autores dessa escola de pensamento são Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle. Sua contribuição teórica tem origem no modelo societário com o qual é estudada a História: as interações entre os povos e os indivíduos geralmente sofrem algum tipo de controle pelo Estado, pois é interessante, para o mesmo, regular este tipo de contato. As relações de troca, os fluxos migratórios, a disseminação de idéias e as demonstrações de solidariedade ou rivalidade entre os atores secundários, teriam respaldo direto nas ações do Estado. E apesar dessas ações serem o foco principal da história diplomática, os autores afirmam que seu estudo não é suficiente para uma compreensão mais ampla do cenário internacional⁴⁰. Para resultados mais completos seria preciso entender os elementos externos que influenciaram a decisão estatal. Estes elementos são chamados de *forças profundas*. O principal método da Escola Francesa é, justamente, observar a forma como as forças profundas influenciam ou são influenciadas por seu outro objeto de análise, o *homem de Estado*⁴¹.

Como a obra de Renouvin *História das Relações Internacionais* será adotada como referência principal para a leitura histórica presente no capítulo segundo, a compreensão das forças profundas se torna pré-requisito para uma melhor percepção das ações tomadas pelos Estados, e os eventos que os motivaram. Visando a abranger o maior número de eventos dentro do conceito, Renouvin e Duroselle dividem as forças

³⁹ CANESIN, Carlos H. *A Ordem e as Forças Profundas na Escola Inglesa de Relações Internacionais: Em Busca de uma Possível Francofonia*. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n1/a07v51n1.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2008. p. 130.

⁴⁰ RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 5-6.

⁴¹ CANESIN, op. cit., p. 131.

profundas em diversas categorias, como demográficas, geográficas, econômicas, financeiras e sentimentais. Para a leitura que se deseja fazer do Século XIX, neste trabalho serão aprofundadas, apenas as forças econômicas e as forças sentimentais referentes ao nacionalismo. Estas duas categorias ainda serão ampliadas à luz do marxismo e de outros autores que versam sobre o impacto do nacionalismo nas relações internacionais.

O argumento econômico, pela visão de Renouvin e Duroselle, pressupõe níveis diferentes de desenvolvimento: a presença de grandes economias dominantes que tendem a expandir sua influência econômica para outros países. Esta influência estrangeira poderia beneficiar a população local, com a implementação de novas indústrias ou novas técnicas, ou mesmo prejudicá-la, eliminando o trabalho artesanal ou criando uma burguesia comprometida com os interesses estrangeiros⁴².

Entretanto, os autores acreditam que o foco do historiador das relações internacionais não deve ser em si essas relações de dominação ou a forma como os Estados dominados resistem a ela. O verdadeiro objeto a ser estudado é o vínculo entre a política e a economia e como uma influencia a outra.

A origem dos conflitos estaria na confrontação da divisão internacional do trabalho, com o argumento de que os Estados prefeririam manter suas principais forças produtivas internamente. A partir deste debate entre o liberalismo e o nacionalismo econômico (que no âmbito da Escola Francesa toma a forma de liberalismo contra o protecionismo) as rivalidades entre os Estados surgiriam.

Para os liberais, o livre-comércio por si só seria capaz de gerar a paz, pois o livre câmbio internacional diminuiria as rivalidades entre os Estados e a cooperação econômica; em um segundo momento, fomentaria a cooperação política. Renouvin e Duroselle discordam deste argumento, afirmando que a concorrência entre os Estados e o rechaço à dominação estrangeira não foram atenuados pelo liberalismo⁴³. Na verdade,

⁴² RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 72.

⁴³ *Ibidem*, 74.

o único Estado a levar a cabo os preceitos liberais no Século XIX seria a Grã-Bretanha, o que tornaria o liberalismo econômico a exceção da análise histórica do período.

O argumento protecionista parte da premissa de que, ao restringir o livre comércio, o Estado adquire maior estabilidade interna, aumentando a segurança interna. Esta restrição seria estendida ao império colonial da potência. Todavia, o que pode ser notado no século XIX é a substituição das relações tradicionais entre metrópole e colônia pelo regime de mercados privilegiados.

O conflito econômico pode ser facilmente identificado no Século XIX, muitas vezes como fator a ser levado em consideração nas políticas externas dos Estados. Mais adiante, as forças econômicas serão aprofundadas com o auxílio das teorias imperialistas dentro da Escola Marxista. Com esta aproximação entre a Escola Francesa e a Globalista pretende-se ir além do que os autores da primeira consideravam como conflito econômico, sem fugir do seu foco metodológico das forças profundas: a forma como estas forças influenciam a política e vice-versa. O mesmo será feito com a análise do sentimento nacional, que será agora apresentado dentro da categoria das forças sentimentais, e posteriormente aprofundado através da evolução dos conceitos de nacionalismo.

Dentro das chamadas forças sentimentais que são divididas em sentimentos nacionais e sentimentos pacifistas, a questão nacionalista é imperativa para entender alguns dos principais eventos do Século XIX. Contudo, tanto Renouvin como Hobsbawm (cuja obra será utilizada no posterior aprofundamento sobre o tema) debatem sobre a dificuldade de definir objetivamente o nacionalismo, devido à forma vaga como ele foi desenvolvido e ao seu uso para descrever um número muito grande de fenômenos.⁴⁴ É preciso observar que esta multiplicidade de significados pode muitas vezes causar confusão, quando o nacionalismo for abordado no capítulo segundo na forma dos movimentos nacionais. Visando evitar tal confusão, sempre que necessário o uso dos termos *nação* e *nacionalismo* serão contextualizados com suas respectivas definições teóricas.

⁴⁴ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo Desde 1780: Programa Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 31.

Para Renouvin o conceito geral de nação pode ser entendido como um grupo suficientemente grande de pessoas que sacrificam seus interesses individuais em prol do benefício comum⁴⁵. Mas quais poderiam ser os fatores que definiriam essas pessoas como um grupo? São citadas por Renouvin diversas classificações que, historicamente, foram utilizadas para esta finalidade, como território, raça, língua, tradições históricas e culturais, religião, condições econômicas e as disparidades sociais. Porém, a adoção isolada de apenas um desses fatores não seria suficiente ou útil para conceituar a nação.

Antes de seguir adiante com as formulações da Escola Francesa sobre o sentimento nacional, fazem-se necessários alguns esclarecimentos sobre a definição de nação com base nos interesses. Assim como as críticas previamente feitas ao Realismo, o argumento das ações dos Estados ou povos serem guiadas por interesses é muito vaga, e nenhuma consideração é formulada para identificar esses interesses ou alguma mudança neles.

A consideração de que existe uma nação não altera de forma alguma a política dos Estados. O que realmente altera esta política é quando o chamado *princípio das nacionalidades*⁴⁶ emerge. Este princípio significa que cada Estado deve conter apenas uma nação. Levando-se em conta que todos os Estados-nação são na verdade multinacionais, por conterem um mínimo de heterogeneidade, é possível identificar as implicações que a aplicação deste princípio traria. Durante o século XIX havia, especificamente, uma potência cuja preocupação maior era restringir o princípio das nacionalidades: a Áustria. As preocupações austríacas eram relativas às unificações italiana e alemã baseadas nesse princípio, e na perda de populações e territórios que se identificavam com estes movimentos nacionais.

A questão de perda ou ganho de territórios, como a temida pela Áustria na primeira parte do Século XIX, pode ser definida dentro de dois conceitos apresentados por Renouvin: as forças de associação ou forças de dissociação. Como exemplo das primeiras podem ser considerados os movimentos de unificação. Já como forças

⁴⁵ RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 180.

⁴⁶ *Ibidem*, 186

dissociativas podem ser citados os casos nos quais um Estado continha várias nações formalmente definidas, que tentam separar-se, constituindo seu próprio Estado nacional.⁴⁷

1.3.1 As Forças Econômicas

Os eventos econômicos do Século XIX mostram-se tão extraordinários quanto os políticos. Se na esfera política as grandes potências foram capazes de manter uma paz relativa que durou quase cem anos, na econômica o sistema capitalista, que antes podia ser considerado como exclusivamente europeu, foi expandido para todo o mundo. Para elucidar a forma como essa expansão ocorreu e sua repercussão na esfera política, serão apresentados os principais argumentos da Teoria Marxista. Partindo de suas origens, passando pelo conceito de imperialismo elaborado por Lênin, culminando com a leitura histórica de Hobsbawm sobre o processo.

Tanto no Realismo quanto na Escola Inglesa, o principal ator das Relações Internacionais era o Estado; e a estrutura, o sistema internacional anárquico. O Marxismo parte de um pressuposto diferente, em que os atores não seriam os Estados, mas as classes que esses Estados representariam dentro de uma divisão internacional do trabalho. Já a estrutura seria sistema mundial do capitalismo.

Viotti e Kauppi identificam quatro pontos comuns na forma como os marxistas interpretam as relações entre os Estados⁴⁸: o comportamento do indivíduo, da sociedade e do Estado só podem ser entendidos quando levada em consideração a estrutura econômica global (no caso, o capitalismo); a adoção da perspectiva histórica, para se entender a evolução da estrutura; as potências capitalistas utilizam-se de mecanismos de dominação para manter os demais Estados subdesenvolvidos; e o último dos pontos comuns seria a forma como os fatores econômicos influenciam o subdesenvolvimento do *Terceiro Mundo*. Os dois últimos argumentos referem-se, exclusivamente, à Teoria da Dependência, a qual não será aprofundada por não relacionar-se com o tema deste

⁴⁷ RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 195.

⁴⁸ VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*. 3. Ed. Needham Heights: Allyn and Bacon, 1999. p. 341.

trabalho. Contudo, o pressuposto sistêmico da teoria globalista e seu caráter histórico serão essenciais para as teorias do imperialismo, que serão o foco específico deste subcapítulo.

A teoria desenvolvida por Karl Marx e Frederick Engels é a principal linha de trabalho dos pensadores dessa escola. A perspectiva do Marxismo é a chamada materialista-histórica, ou seja, não se pode compreender a história se não pelo modo de produção adotado por aquela sociedade. Para tanto, são identificadas duas estruturas: a infra-estrutura econômica, representada pelas forças produtivas e as relações de produção; e a superestrutura, que inclui as características políticas, sociais e culturais determinadas pela infra-estrutura econômica.⁴⁹

Além da noção de infra-estrutura e superestrutura, podem ser identificadas dentro da teoria de Marx três considerações importantes: a noção de que muitos são explorados por poucos (a guerra de classes), as regularidades dentro do sistema capitalista que definiriam seu desenvolvimento e expansão, e a percepção da sociedade como um todo, que não pode ser analisada parcialmente.⁵⁰

À medida que o modo de produção se desenvolve, fragilidades estruturais se manifestam e, com o passar do tempo, essas imperfeições levam ao colapso daquele modo de produção que seria substituído por outro.⁵¹ Na metade do Século XIX, período que será mostrado no Capítulo II como o mais conturbado do Concerto Europeu, os seguidores das correntes marxistas aguardavam a crise do sistema capitalista; entretanto, ela não ocorreu.⁵² Uma vez que a teoria elaborada por Marx não conseguiu explicar aquele evento peculiar, qual estaria apta a explicá-lo? A resposta está em um dos desdobramentos modernos da teoria marxista: as teorias imperialistas. Estas são as mesmas teorias que Morgenthau utiliza para exemplificar o que *não é* imperialismo dentro da sua visão. Uma das justificativas para o descrédito que Morgenthau atribui às teorias imperialistas da economia seria a de que seus exemplos históricos seriam

⁴⁹ SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 112.

⁵⁰ VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*. 3. Ed. Needham Heights: Allyn and Bacon, 1999. p. 343-344.

⁵¹ SARFATI, op. cit., p. 113.

⁵² HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital: 1848 -1875*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 58-59.

pontuais e raros. Entretanto, a forma como Hobsbawm descreve o imperialismo, neste período específico do Século XIX, sugere uma grande corrida em termos da expansão econômica das grandes potências, e não como um evento restrito.⁵³

Lênin direciona a análise do imperialismo não apenas para a exploração de muitos por poucos, mas como causa da guerra. Para ele, a expansão imperialista permitiu que os problemas internos gerados pelo capitalismo não eclodissem na revolução. Entretanto, a revolução foi somente adiada, pois na luta pelo monopólio, as potências capitalistas chegariam a um ponto no qual suas expansões conflitariam. Assim, a guerra internacional seria gerada em troca da estabilidade interna. Para Lênin, tanto a expansão imperialista quanto os conflitos gerados por ela, seriam inevitáveis.⁵⁴

A escolha da economia como a *única* causa do imperialismo e a noção de determinismo envolvida em vários conceitos marxistas são, justamente, algumas das mais freqüentes críticas a Lênin e à Escola Globalista de uma maneira geral.⁵⁵

Quais seriam os fatores que levariam o imperialismo a eclodir justamente naquele momento histórico? Se levadas em consideração apenas as correntes deterministas como a de Lênin, a resposta seria que simplesmente a revolução proletária estaria às suas vésperas e a etapa imperialista seria sua continuidade natural. Entretanto Hobsbawm apresenta uma alternativa a esta visão⁵⁶. De acordo com este autor a expansão imperialista, ou a *grande expansão* como ele a chama, foi permitida pela adoção das políticas liberais pelos Estados europeus.

Se na visão de Renouvin e Duroselle o liberalismo no século XIX fora adotado plenamente só pela Grã-Bretanha, para Hobsbawm o liberalismo afetou (em níveis diferentes) a todas as potências européias. Obviamente, a Inglaterra, por ter uma tradição na política econômica liberal, servia como precedente para esta abertura de mercados. Contudo, qual seria a reação dos Estados “dominados” pelas políticas

⁵³ HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital: 1848 -1875*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 54.

⁵⁴ VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*. 3. Ed. Needham Heights: Allyn and Bacon, 1999. p. 346.

⁵⁵ *Ibidem*, 357.

⁵⁶ HOBSBAWM, *op. cit.*, p. 58.

imperialistas? Na verdade, estes Estados vislumbravam a possibilidade de novos ganhos comerciais, dentro dos mercados privilegiados das suas respectivas metrópoles.

Apesar de a expansão imperialista evitar a eclosão da crise, ela não seria uma solução definitiva, mas o seu adiamento. Assim os mercados estrangeiros estariam saturados e os interesses das potências entrariam em conflito. Neste ponto, é possível perceber o argumento leninista da luta pelo monopólio gerando a guerra.

1.3.2 O Nacionalismo

Após a introdução do conceito de nacionalismo para a Escola Francesa, assim como nas relações econômicas, será exposta uma aproximação entre o nacionalismo apresentado como uma das categorias das forças profundas, e a visão nacionalista de outros autores. Para tanto, será adotada a perspectiva de Hobsbawm por sintetizar em seu trabalho *Nações e Nacionalismo desde 1780* as contribuições das principais correntes teóricas que tratam do tema nacionalista.

Hobsbawm inicia seu trabalho debatendo a forma como muitos teóricos e historiadores tentaram formalizar o conceito de nação durante os Séculos XIX e XX, muitas vezes utilizando fatores comuns como território, religião, língua, etnia, etc. para definir o que seria e o que não seria uma nação. Apesar de Renouvin afirmar⁵⁷ que isoladamente ou de maneira estática nenhum desses fatores é suficiente para definir uma nação, ele os utiliza na busca de uma conceituação objetiva do termo. Hobsbawm discorda sobre o aprofundamento dessas categorias por considerar impossível qualquer conceito prévio de nação. Para ele o conceito de nação é “qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros considerem-se como membros de uma *nação*.”⁵⁸ Na sustentação da nação estaria o nacionalismo ou movimento nacional.

Também são identificadas três fases distintas dos nacionalismos: a primeira é puramente cultural e intelectual; na segunda, o movimento nacional adquire líderes e

⁵⁷ RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 180.

⁵⁸ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo Desde 1780: Programa Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 18.

militantes; mas apenas na terceira etapa existe a participação das massas.⁵⁹ Como essa divisão tem origem justamente nos movimentos nacionais do século XIX, a apresentação da mesma, neste capítulo, faz-se necessária para se entender a evolução dos nacionalismos apresentada dentro da perspectiva histórica do capítulo segundo.

Apesar de o foco deste subcapítulo ser o nacionalismo dentro do contexto do Século XIX, é imprescindível o estudo das origens da *nação* anteriores à Revolução Francesa, dentro do pensamento dos economistas liberais. Na verdade, dentro da análise de Hobsbawm, a contribuição teórica desses pensadores liberais é bastante limitada, pois eles não se preocuparam em definir algo que parecia ser tão óbvio na prática. Contudo, percebe-se uma evolução do termo que, para os primeiros liberais, era sinônimo de Estado, até a elaboração do Estado-nação. A finalidade específica deste último termo era facilitar a distinção entre as interferências do governo na economia do grupo, que era beneficiado pelo livre-comércio.

A partir da definição simplista do Estado-nação como um governo e um grupo de pessoas com alguma identidade comum ou vontade de pertencer àquele grupo, é possível inferir que cada Estado deveria conter apenas uma nação. Contudo esta era uma situação que não ocorria nem mesmo nos Estados-nação mais tradicionais, Grã-Bretanha e França. Dentro da Grã-Bretanha havia o movimento nacional irlandês, e a França tinha as populações germânicas da Alsácia-Lorena⁶⁰.

Retomando a evolução histórica do conceito, a próxima definição remete ao tamanho do território ou da população da nação. Para isto era estabelecido um “ponto crítico” a partir do qual era possível estabelecer uma nação. Para Hobsbawm a associação da nação com o território implicava caracterizar o nacionalismo como uma forma de expansão.⁶¹ Aqui é possível fazer um paralelo com as categorias apresentadas por Renouvin, de forças associativas e dissociativas, que trabalham para coincidir o Estado com a nação.

⁵⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo Desde 1780: Programa Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 21

⁶⁰ A população da Alsácia-Lorena tinha a cultura e a língua alemãs, contudo identificavam-se mais com a nação francesa do que com a alemã, prova disso foi a resistência populacional à anexação pela Alemanha unificada.

⁶¹ HOBBSAWM, op. cit., p. 42.

Entretanto, cada vez mais, o conceito de nação se complicava, levando à situação mencionada no início deste subcapítulo na qual não seria possível definir uma nação antes de sua formação. Em *Nações e Nacionalismo* são citados três critérios que ajudariam na identificação de uma nação, que seriam: a associação histórica a um Estado, uma elite cultural estabelecida e por fim a capacidade da população em definir-se como nação.⁶²

A grosso modo, esta seria a contribuição dos pensadores liberais para o conceito de nação, dentro da análise de Hobsbawm. A definição dos pensadores socialistas para nacionalismo relaciona-se com *slogans* partidários e convocação popular, relacionada na maioria das vezes com questões internas dos Estados.

No capítulo segundo será apresentada a cronologia do Concerto Europeu. Grande destaque é dado às conseqüências que os movimentos nacionalistas (principalmente o italiano e o alemão) acarretaram à ordem estabelecida pelas grandes potências.

⁶² HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo Desde 1780: Programa Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 49.

2 O Concerto Europeu

O século XIX marca um período ímpar na história europeia: após a queda do império napoleônico, o continente, que sempre foi cenário de grandes conflitos bélicos, testemunhou quase um século de paz (somente interrompido pela guerra da Criméia e as unificações alemã e italiana). Durante este período, cinco grandes potências regeram a Europa, garantindo não apenas a paz, mas gerando a estabilidade que o desenvolvimento econômico necessitava para a exploração colonial. E, enquanto a metade oriental do Concerto estagnava-se numa política conservadora legitimada pelo poder divino, a parte ocidental, que no século XVIII fora berço das revoluções liberal e industrial, seguia o caminho oposto, disseminando novos princípios e despertando os povos europeus para o ideal nacionalista.

Tendo em vista a importância do Século XIX para a História das Relações Internacionais, neste capítulo será exposto, para fins de contextualização, um resumo histórico da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, que precedem a formação do Concerto Europeu. Em seguida, será apresentado o funcionamento do Concerto, de acordo com a divisão em três períodos proposta por Adam Watson, em seu livro *A Evolução da Sociedade Internacional*, de 1818 a 1848 que corresponde ao período inicial do Concerto; de 1848 a 1871 indicando a fase revolucionária da Europa; e, por fim, o período compreendido entre 1871 a 1914, com a gradual perda de eficiência do Concerto até a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

2.1 Antecedentes Históricos: a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas

O período que precede (e justifica) a criação do Concerto Europeu mostra-se demasiadamente importante para a História das Relações Internacionais. O final do século XVIII, especificamente, é imprescindível para o entendimento das crises que ameaçam o sistema estabelecido em 1815 e seu respaldo no sistema internacional. Tendo em vista a contribuição deste período, ele será apresentado com a finalidade única de contextualizar os eventos ocorridos a partir da Convenção de Viena de 1815, não sendo aprofundado ao ponto de desviar-se do tema principal.

A contribuição principal da Revolução Francesa para as relações internacionais no século XIX foi o afloramento do nacionalismo como força popular das massas. Os ideais da revolução francesa foram disseminados tanto por intelectuais quanto pelo exército francês através das guerras napoleônicas.⁶³ E os focos deste nacionalismo viriam a eclodir décadas depois por todo o mundo, causando a emancipação de colônias no *novo-mundo* e a reconfiguração de fronteiras na Europa, acarretando de uma forma ou de outra, conseqüências para as potências que regeram o Concerto.

Hobsbawm caracteriza o princípio do movimento revolucionário como uma *reação feudal* e iniciada pela nobreza⁶⁴: os nobres dependiam formalmente dos direitos feudais para manter sua riqueza. A tentativa da nobreza em cessar seu empobrecimento, somado ao endividamento da monarquia tinha como causa direta o aumento de impostos pagos pela população camponesa. A situação era ainda mais agravada quando havia colheitas ruins.

Se a nobreza encontrava-se em situação de reivindicar um reajuste dos seus benefícios, a classe média e os camponeses estavam em circunstância pior. O aumento de impostos para gerenciar o endividamento da monarquia e os gastos militares com a guerra de independência americana pesava mais para as classes trabalhadoras. A nobreza apenas repassava esses encargos, pois, obviamente, não queria arcar com os custos da monarquia.

Para obter maior participação nas decisões, a aristocracia invocou o chamado Parlamento dos Estados Gerais. A conseqüência disto foi a ascensão do poder político do povo e da burguesia (o chamado Terceiro Estado). Posteriormente foi criado o regime constitucional francês. O alvo da constituição francesa era o absolutismo por trás do regime monárquico e não, o regime monárquico em si. Ao remover o direito divino do Rei, ele passava a governar *para* o povo ou mais especificamente para a nação francesa. Esta era a intenção inicial do Terceiro Estado, mas naquele momento, não era possível prever quais seriam as conseqüências finais da revolução.

⁶³ HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 84-85.

⁶⁴ *Ibidem*, 87.

A emergência de uma nação francesa, segundo Hobsbawm, garantiu que o movimento nacional emergisse e se desenvolvesse em suas etapas, mesmo sem a presença de um líder único. Quem assumia a liderança da revolução era a classe burguesa como um grupo.⁶⁵

Mas, à medida que a população das grandes cidades e do campo saqueava e destruía qualquer ícone da nobreza ou dos direitos feudais, a burguesia acreditava já ter benefícios suficientes com a revolução. Seguiram-se então os conflitos do Parlamento que agora contavam, segundo Vicentino, com uma distinção clara entre a burguesia e o Terceiro Estado.⁶⁶ Este conflito transformou-se na disputa entre os moderados girondinos e os jacobinos que era o agrupamento radical da revolução. Os jacobinos ainda contavam com o apoio dos sans-culottes (equivalentes a uma classe proletária segundo Hobsbawm), responsáveis em grande parte pelos atos extremistas da revolução.

Em 1791, Luís XVI e sua família foram executados em praça pública. Temendo o mesmo destino, a nobreza francesa começou a evadir-se para os países vizinhos, na busca de asilo. A decapitação do rei foi mais um dos símbolos da Revolução Francesa, e este, os regimes absolutistas que cercavam a França não podiam ignorar. Neste momento, justifica-se a posição que algumas das potências, durante o funcionamento do Concerto Europeu, adotam sobre o nacionalismo. O movimento nacionalista francês foi capaz de abolir o caráter divino do absolutismo. Esta demonstração de poder popular era uma ameaça imediata a qualquer outro Estado absolutista, e os resquícios ideológicos do movimento revolucionário ainda perdurariam para ameaçar as monarquias absolutistas no Século XIX, especialmente a Áustria.

O movimento contra-revolucionário estrangeiro (também havia movimentos internos) deu um novo fôlego à revolução, na visão de Hobsbawm: a partir da queda da monarquia foi declarada a República Francesa, e eclodiram as chamadas guerras totais contra os Estados estrangeiros. As guerras representariam uma ocupação para a população revolucionária, mas a forma como foi sustentada representa um esforço de

⁶⁵ HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 90.

⁶⁶ VICENTINO, Cláudio. *História Geral*. 7ª ed. São Paulo: Scipione, 1997. p. 268.

mobilização da economia em favor da guerra.⁶⁷ O exército francês apresentava um desempenho excepcional. Os soldados revolucionários compartilhavam do sentimento de estar lutando em nome da sua pátria, da nação francesa. Uma figura em especial garantia que o sentimento nacional não se exaurisse: Napoleão Bonaparte.

Não serão abordadas aqui as contradições que a expansão napoleônica representa dentro dos preceitos nacionalistas da Revolução Francesa. A forma como um movimento, que buscava a democracia e a não-interferência dos Estados vizinhos, tornou-se um império expansionista, ou como o nacionalismo francês poderia ser imposto às outras nações, se o nacionalismo pressupõe o desejo da população em ser reconhecida como nação, não são o foco deste subcapítulo. A finalidade do mesmo, como afirmado anteriormente, é contextualizar o nacionalismo francês e mostrar como surgiu a configuração de Estados que formaram o Concerto Europeu. Esta consideração se faz necessária para justificar o não aprofundamento de alguns momentos da Revolução Francesa como o *Terror*.

A expansão napoleônica iniciou-se pela Itália e Holanda, seguindo pelos Estados da Confederação do Reno. Watson coloca os sistemas métrico, de comércio, direito, e educacional como grandes atrativos para os que se uniam voluntariamente ao império francês.⁶⁸ Posteriormente a Áustria e a Prússia, dois dos principais empecilhos a Napoleão, foram anexadas. Contudo as incoerências do império advindas da revolução democrática e a rapidez com a qual a dominação foi estabelecida não permitiram a legitimação do império; logo, os focos de uma aliança anti-napoleônica eclodiriam.⁶⁹

Em 1813 Grã-Bretanha, Rússia, Áustria, Prússia, o Império Otomano e outras potências menores formaram a aliança contrária especificamente a Napoleão, não à França. Esta consideração é importante para o entendimento da preservação da França na Convenção de Viena de 1815.

⁶⁷ HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.100-101.

⁶⁸ WATSON, Adam. *A Evolução da Sociedade Internacional: Uma Análise Histórica Comparativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 326.

⁶⁹ *Ibidem*, 327.

A vitória sobre Napoleão pôs fim à tentativa de se fazer da Europa um único império. Mas os ideais nacionalistas da Revolução Francesa, especialmente a contestação dos regimes absolutistas, haviam se disseminado por todo o continente. As mudanças foram tão profundas que retornar ao sistema do Século XVIII era impossível, o próximo subcapítulo explicará como se estabeleceu o novo equilíbrio de poder, através do Concerto Europeu e da Santa Aliança.

2.2 O Primeiro Período do Concerto: 1818 a 1848

Após a derrota de Napoleão, a reconstrução de uma ordem europeia era vista como necessária pela Grã-Bretanha, que saía da guerra industrial e financeiramente reforçada. Este desejo pela estabilidade continental devia-se às aspirações comerciais ultramarinas que, para serem devidamente exploradas, requeriam a paz na Europa⁷⁰. Os interesses russos convergiam com os britânicos, uma vez que a Rússia também desejava ampliar a exploração colonial. Isto e o temor de que a estabilidade gerada dentro do Império Napoleônico fomentasse mais uma vez aspirações hegemônicas unilaterais no território europeu foram os fatores que motivaram a aliança entre essas duas potências, na formação de um sistema de equilíbrio de poder que garantisse a paz e a constância europeia.

Para integrar o Concerto seriam necessárias duas outras potências, as quais foram anteriormente absorvidas por Napoleão. Assim a Áustria e a Prússia foram reestabelecidas como tal. Contudo, tão essencial para a ordem do novo sistema quanto os quatro membros supracitados, era a participação francesa no mesmo. Adam Watson relata a motivação para inclusão da França:

“Convinha aos dois Estados [Grã-Bretanha e Rússia] restabelecer a Áustria e a Prússia como grandes potências independentes nominalmente iguais a eles próprios, e também mais surpreendentemente dar a mesma posição a uma França Bourbon restaurada. Eles e Metternich reconheceram que o sistema ficaria instável se um elemento tão dinâmico quanto o francês se opusesse fundamentalmente ao acerto e que, portanto, uma França forte e satisfeita era essencial para uma Europa estável e equilibrada. O reino restaurado não deveria ser punido ou privado de territórios na Europa que houvessem sido

⁷⁰ WATSON, Adam. *A Evolução da Sociedade Internacional: Uma Análise Histórica Comparativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 334.

franceses antes da Revolução, e ademais, embora potencialmente perigoso, tal reino deveria ser bem-vindo como um parceiro igual pelos quatro aliados mais importantes.⁷¹

Entretanto, a França não era a única preocupação dos Estados reunidos em Viena. O equilíbrio germânico era imperativo para a estabilidade européia. Kissinger afirma que, “historicamente, a Alemanha sempre tem sido ou fraca demais ou forte demais para a paz da Europa”⁷², pois um Estado germânico⁷³ excessivamente dissolvido, como o que antecedeu a invasão napoleônica, aguçaria as pretensões dos vizinhos a dominá-lo, especialmente a França. Já um Estado germânico forte e unificado começaria sua própria campanha hegemônica pelo continente europeu. A Áustria e a Prússia tinham o desígnio específico de conter as aspirações vizinhas, ao mesmo tempo em que se conteriam mutuamente, evitando a unificação Alemã. Neste momento já é possível perceber o papel que a Áustria desempenharia junto às potências orientais, constringendo os movimentos nacionais, visando a manter o *status quo*.

O desejo britânico de paz e estabilidade triunfou em obter o respaldo das demais potências européias. Porém quando Lorde Castlereagh, o ministro do estrangeiro da Grã-Bretanha, propôs reuniões periódicas onde os *hegemon*s pudessem administrar as questões européias que surgissem, numa base multilateral, formando um conselho de ministros, o parlamento britânico se opôs à proposta do seu próprio chanceler. A verdade é que a Grã-Bretanha não poderia concordar com um Concerto que se aproximasse tanto de um “governo europeu”, a que sempre foi contra. A nota do Gabinete inglês de cinco de maio de 1820 esclarece que a expectativa relativa ao Concerto não seria de construir uma: “união para o governo do mundo ou para a vigilância dos assuntos interiores dos estados”. O real desígnio que o governo inglês tinha para o sistema seria o de: “proteger a Europa de um poder revolucionário de forma militar”⁷⁴. No entanto, seria equivocado pensar que os outros membros do Concerto aspiravam a um elevado nível de integração entre os Estados europeus, pois não

⁷¹ WATSON, Adam. *A Evolução da Sociedade Internacional: Uma Análise Histórica Comparativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 334.

⁷² KISSINGER, Henry A. *Diplomacia das Grandes Potências*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2001. p. 84.

⁷³ O Congresso de Viena criou a Confederação Germânica (*Deutscher Bund*), composta por 39 Estados soberanos, incluindo a Áustria e a Prússia, a Alemanha surge apenas em 1871 com a unificação alemã e a criação do Segundo Reich.

⁷⁴ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 49 Todas as transcrições literais desta obra são livre tradução do autor.

haveria, de acordo com Renouvin, nenhum comprometimento implicando a limitação da sua soberania em nome de uma instituição supranacional ou que indicasse a renúncia da guerra⁷⁵. O que ocorria era uma clara diferença de princípios, relacionada à capacidade das potências em intervir, ou não, nos demais Estados Europeus.

Além da óbvia distância geográfica em relação ao resto do continente, o pensamento inglês também estava dissociado do europeu. Enquanto as outras potências lidavam com os constantes temores relacionados ao comportamento das demais, a Grã-Bretanha gozava de uma tranqüilidade ímpar, dando-se ao luxo de agir apenas quando a ameaça fosse iminente e sólida. A segurança relativa justificava o desinteresse britânico em relação às ações das nações européias. Kissinger ainda traça um paralelo entre o comportamento britânico no início do século XIX e o estadunidense no início do século XX, quando a Liga das Nações, proposta pelo presidente Woodrow Wilson, não foi ratificada pelo congresso americano. Embora nenhum dos dois Estados participasse oficialmente dos sistemas de regimes que propuseram, havia uma participação indireta especialmente quando o tema discutido era de interesse nacional.⁷⁶ Este seria o critério específico para a participação Inglesa no Concerto que surgiria: agir ou apoiar uma das partes, quando o interesse nacional estivesse em risco ou a ameaça de um conflito bélico fosse iminente. Esta colocação remete claramente ao argumento realista de que os interesses dos Estados são definidos em termos de poder. As limitações deste tipo de perspectiva foram mostradas no capítulo anterior.

A postura britânica de não-intervencionismo na Europa e da exaltação do interesse nacional refletiam claramente os ideais do liberalismo político em seu ápice; entretanto, outra força também justificava o desinteresse nas questões de segurança da Europa: o liberalismo econômico de Adam Smith trabalhava paralelamente ao pensamento político. E, como mencionado anteriormente, o Reino Unido vislumbrava as possibilidades comerciais do além-mar, perseguindo a acumulação do capital e eliminando os intervencionismos estatais nos fluxos de comércio. Os comerciantes britânicos ainda exploravam a liberdade dos grilhões mercantilistas que levaram consigo

⁷⁵ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 41.

⁷⁶ KISSINGER, Henry A. *Diplomacia das Grandes Potências*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2001. p. 85.

o protecionismo tecnológico e tarifário, garantindo também a venda de bens de capital, expandindo ainda mais o fluxo tradicional de importação de matéria-prima e exportação de produtos manufaturados⁷⁷.

A partir deste momento, já é possível identificar traços tanto do comportamento descrito dentro da teoria realista, quanto das teorias marxistas do imperialismo na política externa britânica. É preciso estar atento a que nenhuma das teorias apresentadas no primeiro capítulo será suficiente para explicar, sozinha, as intrincadas mudanças de atitude das grandes potências.

Apesar do explícito desinteresse britânico, em 1818, o Concerto Europeu foi formalmente instituído pela declaração de Aachen (parte da conferência de Viena de 1814) onde as potências se comprometiam com a paz e estabilidade européias, através de ações conjuntas, que limitariam os desejos expansionistas das potências menores bem como das cinco potências principais. Para tanto, conferências regulares serviriam como fórum onde o Concerto decidiria as ações cabíveis, o que preveniria ações unilaterais por parte de algum dos membros no continente europeu⁷⁸. O equilíbrio de poder baseado na desconfiança mútua entre as potências seria o elemento-chave do sistema. Watson, seguindo a proposição da Escola Inglesa das Relações Internacionais de que a anarquia por si só não é um fator suficiente para constranger a cooperação entre os Estados, enfatiza o papel desempenhado pela desconfiança afirmando que:

“As cinco potências não confiavam umas nas outras para intervir unilateralmente a fim de lidar com ameaças à paz e à segurança; mas, nos casos em que concordavam em agir após consulta, elas puderam exercer coletivamente uma *hegemonia difusa* que nenhuma concordaria que a outra exercesse sozinha. Elas podiam ditar a lei juntas e uma vez também podiam emendar a lei. A harmonia entre elas orquestraria um *Concerto da Europa*.”⁷⁹

O equilíbrio de poder somado à desconfiança que os Estados sentem, uns em relação aos outros quando imersos na anarquia, parecia perfeitamente compatível com

⁷⁷ KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 152.

⁷⁸ *Ibidem*, 152.

⁷⁹ WATSON, Adam. *A Evolução da Sociedade Internacional: Uma Análise Histórica Comparativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 336.

os objetivos do Concerto. Caso alguma das potências agisse por conta própria, a ação imediata das demais seria unirem-se para conter a que “quebrara as regras”.

Obviamente, o equilíbrio de poder não poderia ser o único fator comum entre os *hegemon*s. Kissinger aponta também uma congruência moral entre os membros no período inicial do Concerto, pois as potências que o regiam acreditavam que suas decisões, tomadas dentro do âmbito multilateral eram “justas”. O autor ainda ressalta o papel do conceito de justiça na estabilidade, quando afirma que “o equilíbrio de poder reduz as oportunidades do uso da força; um senso de justiça comum reduz o desejo de usar a força. A ordem internacional que não se considere justa será mais cedo ou mais tarde desafiada”⁸⁰. Os Estados, cujo futuro seria decidido pelo Concerto, muitas vezes não compartilhavam deste senso de “justiça” das potências, mas isto não as impediu de ignorar os desejos dos demais Estados.

Dessa forma, guiados por um conceito próprio, porém comum, de justiça, os *hegemon*s iniciaram seus recortes pelo mapa europeu, redefinindo fronteiras para um fim específico: garantir o equilíbrio de poder. Os valores liberais do nacionalismo que limitavam a participação britânica no Concerto não estavam maduros ou disseminados, o suficiente, para evitar a divisão de populações homogêneas em territórios distintos ou o arranjo de grupos diferentes dentro de um mesmo território. A criação da Confederação Germânica foi uma das ações que preocupavam as potências, especificamente a Áustria, e os efeitos da posterior unificação alemã mostraram que a apreensão do Concerto nos seus primeiros anos não era infundada. A redefinição das fronteiras é descrita por Kissinger da seguinte maneira:

“A Áustria cresceu na Itália e a Prússia na Alemanha. A República Holandesa ganhou os Países Baixos Austríacos (grande parte da atual Bélgica). A França teve que abrir mão de todas as conquistas e voltar às “antigas fronteiras” de antes da Revolução. A Rússia recebeu o coração da Polônia. (Em conformidade com sua política contra aquisições no continente, a Inglaterra limitou seus ganhos territoriais ao Cabo da Boa Esperança, na ponta sul da África)”⁸¹.

⁸⁰ KISSINGER, Henry A. *Diplomacia das Grandes Potências*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2001. p. 82.

⁸¹ *Ibidem*, 82.

A verdade é que as ações substanciais do Concerto, nos seus primeiros anos de funcionamento, limitaram-se à divisão do mapa europeu. As conferências, que deveriam ser periódicas, eram na verdade, esporádicas, e o desinteresse britânico pareceu contagiar a Rússia, que no outro extremo do continente também decidiu dedicar recursos à exploração colonial. A França, embora figurasse no Concerto, ainda tinha seus movimentos acompanhados pela Quádrupla Aliança⁸² e vista com suspeitas por seus membros. Restaram a Áustria e a Prússia para se dedicarem às questões européias. A Áustria especificamente era a potência mais interessada no funcionamento do sistema. O príncipe austríaco Metternich que conduzia a política externa de seu país, junto à Europa, teve a participação de maior destaque dentre os estadistas que se reuniram em Viena (não foi ao acaso que a conferência ocorreu na Áustria).

O notável desempenho diplomático de Metternich deveu-se aos seus temores em relação às demais potências. A Prússia era inimiga histórica da Áustria e nitidamente ambicionava o papel austríaco de liderança frente à Confederação Germânica; apesar da Rússia compartilhar dos ideais tradicionais que se chocavam com o liberalismo ascendente, a noção de paneslavismo era algo que agradava ao Czar Alexandre, e a união dos povos eslavos sobre a bandeira russa era uma ameaça iminente à Áustria. A França poderia aproveitar-se do desinteresse das potências maiores para retomar seu legado hegemônico, e os Países Baixos ofereciam a oportunidade perfeita para dar início à nostalgia da dominação napoleônica.

Os possíveis conflitos, com os quais Metternich tinha que lidar, eram tão intrincados que o príncipe deveria abusar das combinações do equilíbrio de poder dentro do Concerto para constrangê-los. Seria necessário cativar a Confederação Germânica para fazer frente à Prússia, confrontar a Inglaterra ante a França nos Países Baixos, e aliar-se à França e à Inglaterra contra a Rússia.⁸³

Metternich acreditava que, independente do resultado dos conflitos, caso algum deles se concretizasse, seu país seria muito prejudicado e o enfraquecimento da Áustria

⁸² A Quádrupla Aliança seria a combinação dos demais membros do Concerto Europeu, que se oporia a qualquer atitude expansionista de França.

⁸³ KISSINGER, Henry A. *Diplomacia das Grandes Potências*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2001. p. 88.

inevitavelmente desencadearia os demais, remetendo à Europa belicosa do século XVIII. E além dos seus rivais históricos, havia ainda um novo inimigo, que constantemente ameaçava o desenho de fronteiras elaborado em Viena: o liberalismo que se alastrava por todo continente, disseminando a idéia de nação e contestando os poderes intervencionistas das potências sobre os Estados menores. O pensamento liberal mostrou-se um inimigo tão formidável que, para contê-lo, Metternich teve de recorrer a um acordo anterior ao Concerto, mas que criaria um novo arranjo dentro dele: a Santa Aliança.

Fundada em setembro de 1815,⁸⁴ a Santa Aliança era fruto da iniciativa do Czar Alexandre I, baseava-se nos princípios do cristianismo e tinha o desígnio específico de assegurar a instituição do poder absoluto e a integridade territorial dos seus membros (Rússia, Prússia e Áustria). Havia uma clara incompatibilidade entre o regime parlamentarista inglês e os princípios absolutistas da Santa Aliança, mas o que tornava, de fato, a participação britânica impraticável seria o compromisso dos membros da Aliança em intervir nos Estados europeus a fim de manter o desenho das fronteiras estabelecido em 1815. O poder de intervenção era algo que o governo inglês não podia tolerar dentro do continente, especialmente porque não confiava nem em Metternich nem no Czar para fazê-lo. A esperança de um aliado que pudesse contrapor a Santa Aliança seria a França e, de fato, os acordos de uma “Entente Cordial” chegaram a ser ensaiados; porém, apesar da boa-vontade francesa que tentava redimir-se dos atos passados atuando com uma política “comportada”⁸⁵, a Grã-Bretanha também mostrava insegurança em relação à posição da França. Ainda era cedo demais para assumir um compromisso com sua clássica rival, mesmo diante de uma harmonia de interesses.

A verdade era que a Santa Aliança não agradava completamente a Metternich. A Áustria se sentia muito incomodada pelas ambições Russas e, embora também desejasse reprimir o liberalismo nascente, temia a proporção que a campanha conservadora tomaria, caso fosse executada apenas pelo Czar Alexandre I. Metternich desejava ter poder de participação nas decisões da Santa Aliança e ele precisaria de toda

⁸⁴ A Santa Aliança foi formalizada dois meses antes da Quádrupla Aliança, que apenas em 1818 tornou-se o Concerto.

⁸⁵ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 67.

sua habilidade diplomática para evitar os conflitos que possivelmente degradariam a posição austríaca na Europa.

O jogo diplomático começou com os pequenos levantes italianos e alemães iniciados em 1819-21. Ambos foram acontecimentos restritos e sem a participação das massas. Esses levantes não representavam ainda as forças de associação,⁸⁶ como referidas por Renouvin e que, futuramente, culminariam nas respectivas unificações, mas movimentos anti-absolutistas disseminados apenas em pequenos círculos. A Áustria teve a primazia de agir sozinha na questão italiana, contando com o consentimento do Czar, enquanto um acordo comum com a Prússia e os príncipes da Confederação Germânica apaziguaria o levante alemão. Estas formas de organização na Alemanha e na Itália são justamente as referidas por Hobsbawm como a primeira das três fases dos movimentos nacionalistas, na qual é estabelecido o marco intelectual e cultural do movimento.

Porém a questão italiana complicou-se quando a França, que tinha interesses suprimidos pela influência austríaca na região, discordou da intervenção militar de Metternich. E embora o príncipe austríaco tenha cumprido a promessa de manter tropas em território italiano até a ordem ser restabelecida, pouco tempo depois havia outros levantes na região para serem constrangidos. A presença militar da Áustria desta vez foi acompanhada de uma expedição francesa que permaneceria o mesmo tempo que as tropas austríacas.⁸⁷ Os patrocinadores dos movimentos italianos viram na expedição francesa um apoio à ampliação de seus objetivos. Muito mais que eliminar regimes absolutistas na região havia agora o desejo de unir os estados italianos e eliminar a influência austríaca, mas a França ainda seguia sua política comportada e seu objetivo único era fazer frente à dominação da Áustria na região, e não, iniciar um conflito armado com a mesma.

Na Alemanha, as pequenas revoluções levariam o mesmo fim que as italianas, porém a um preço maior para a Áustria: a aliança com a Prússia. Dentro da

⁸⁶ RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 194.

⁸⁷ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 62.

Confederação Germânica, vários movimentos anti-absolutistas levantaram-se, mas como não tinham o apoio das massas nem uma agenda comum (ocorreram como movimentos isolados), foram facilmente constrangidos pela aliança austro-prussiana. A aliança não agradava nem a Metternich, que via na Prússia o mesmo rival que a Grã-Bretanha enxergava na França, nem ao rei Frederico III que desejava uma política externa independente da Áustria. Todavia o rei temia que a disseminação dos movimentos liberais desagregasse a Renânia dos territórios Prussianos. O custo para Metternich da dita aliança foi permitir a formação da *Zollverein*, a união aduaneira alemã, que contava com a liderança da Prússia⁸⁸. Enquanto as potências acreditavam ter adquirido maior controle sobre a Confederação, elas facilitaram a integração alemã, fortalecendo os movimentos a que visavam eliminar.

O fato de nenhum conflito direto entre as cinco grandes potências ter ocorrido nos primeiros anos do sistema estabelecido em Viena poderia indicar que este período foi marcado pela paz na Europa. Entretanto, a referida paz era baseada num equilíbrio muito sensível, que a qualquer momento poderia romper-se, reavivando os conflitos latentes, levantando as rivalidades do século XVIII. Mas seria esse sensível arranjo a estabilidade precária do equilíbrio de poder, como previsto na visão realista ou será que a ordem internacional da Escola Inglesa agiria na manutenção deste tênue equilíbrio, evitando o rompimento do mesmo? Este é um questionamento pertinente para o debate que se deseja fazer no capítulo terceiro.

A Grã-Bretanha, apesar de temer o possível expansionismo russo, desvinculava seus interesses não-comerciais da Europa e, ao mesmo tempo em que se afirmava contrária aos princípios intervencionistas da Santa Aliança, recusava-se a firmar um acordo com a França, afrontando o lado oriental do Concerto. A França tentava adquirir a confiança das demais potências, agindo com parcimônia, mas todas as suas ações eram observadas de perto pelo arranjo da Quádrupla Aliança e, enquanto seu governo mantinha-se coerente com o sistema estabelecido em 1815, a opinião pública francesa⁸⁹ tomava moldes revanchistas, contestando a manutenção daquele sistema. A Prússia buscava desvincular-se da Áustria, mas a ascensão dos movimentos liberais lhe parecia

⁸⁸ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 65.

⁸⁹ *Ibidem*, 104.

uma ameaça mais imediata. Metternich baseou-se no jogo diplomático para manter o *status quo*, tão precioso para a Áustria, porém a cada novo alinhamento novos compromissos eram forçados, comprometendo gradualmente a política externa do seu país a acordos que em breve não poderia cumprir. O numeroso exército russo era visto como uma ameaça ao equilíbrio de poder europeu; e bastaria um descuido das outras potências para que a Rússia iniciasse sua campanha dentro do império Turco-Otomano. Os movimentos nacionalistas na Itália e na Confederação Germânica mostravam que as “forças profundas” do nacionalismo⁹⁰, ignoradas na confecção da ordem de 1815, agora estavam disseminadas e aos poucos conquistavam o apoio das massas, ponto-chave para o fracasso dos movimentos iniciados em 1819-21.

2.3 A Crise do Concerto: o período entre 1848 e 1871

A primeira metade do século XIX pode ser considerada como o prólogo das crises que viriam a abalar o equilíbrio estabelecido em Viena. O período médio testemunha o agravamento dessas crises, levando o Concerto Europeu ao período crítico de sua existência: os ideais nacionalistas da Revolução Francesa, que começavam a ser disseminados entre as massas, demandavam maior participação popular na escolha dos governantes. Estes princípios democráticos mostrar-se-iam incompatíveis com o sistema internacional delineado em 1815⁹¹. À medida que os governos absolutistas eram questionados, o sentimento de nação começava a contestar as fronteiras desenhadas pelo Concerto; este que era o maior receio de Metternich tornar-se-ia realidade com as reformas territoriais na Europa Central.

A eclosão do nacionalismo por toda a Europa não deve ser considerada um evento homogêneo, pois cada foco de nacionalismo buscava sua própria justificativa: fosse histórica, política, econômica ou populacional. E, muitas vezes, dentro do que se considerava “um movimento”, na verdade, ocorriam vários processos com origens diferentes, que apenas em um momento posterior viriam a ser análogos. As tentativas de encontrar um marco comum para justificar o surgimento de uma nação pareciam ser a melhor forma para despertar o interesse nacional na população durante este período.

⁹⁰ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 105.

⁹¹ WATSON, Adam. *A Evolução da Sociedade Internacional: Uma Análise Histórica Comparativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 342.

Como mostrado no primeiro capítulo, Renouvin, mas principalmente Hobsbawm, criticam esta forma de caracterizar uma nação através de métodos objetivos. Contudo, apesar das limitações do método utilizado, os agitadores dos movimentos nacionalistas foram eficazes em introduzir a consciência nacional no pensamento das massas. Dois desses movimentos transformaram o mapa europeu, obrigando o Concerto a lidar com novos arranjos do equilíbrio de poder: as unificações italiana e alemã. Estas trariam conseqüências mais graves à Áustria, que perderia as províncias de população heterogênea relacionadas aos levantes nacionais.

Os Estados da península italiana não contavam com nenhum laço político ou econômico forte o suficiente para promover o nacionalismo na região. O que era comum a eles era a influência austríaca. Como em 1819, quando a finalidade do movimento nacional italiano era a democracia e não a unificação. Neste segundo momento, o caráter atribuído aos movimentos é o de oposição à influência que a Áustria exercia na península italiana. Renouvin salienta que os seguidores de um dos líderes intelectuais do nacionalismo italiano, Giuseppe Mazzini não se restringiam em traçar planos apenas para a Itália “os *mazzinianos* tinham um programa integral: queriam reconstruir a Europa dos pés à cabeça coincidindo por todas as partes estado e nação”⁹².

O movimento alemão, ao contrário do italiano, contava com uma integração econômica prévia: a *Zollverein*, fortalecida ainda mais pela malha ferroviária desenvolvida entre os estados da Confederação Germânica. O elemento econômico foi essencial, pois à medida que os comerciantes alemães reuniam-se para discutir em conjunto as questões aduaneiras, eles acostumaram-se ao sistema de decisões coletivas, que colaborou para uma maior integração. Os centros intelectuais do movimento foram as universidades alemãs, que divulgavam uma historiografia e literatura unificada, remetendo o direito à unificação como histórico e em pouco tempo os intelectuais começariam a traçar seus planos para a reforma da Confederação. A ascensão de líderes como Mazzini na Itália e de uma elite intelectual alemã podem ser identificadas como a segunda geração dos movimentos nacionais como descrito por Hobsbawm no primeiro

⁹² RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 120.

capítulo. A partir deste ponto, o que poderá ser notado é o papel dessas lideranças em cativar as massas para a vindoura conclusão do nacionalismo neste período.

De acordo com Renouvin, os movimentos nacionais supracitados são exemplos de forças associativas⁹³, onde as populações homogêneas em territórios distintos se esforçam para aglomerar vários estados em um único. Mas o nacionalismo também pode agir como uma força dissociativa, onde o anseio da unidade nacional é desvincular-se do Estado que não representa sua nação. Implícita aos conceitos de forças associativas ou dissociativas está, mais uma vez, a questão do interesse nacional como vista pelos realistas, mesmo que o autor, neste caso, pertença a outra linha teórica. Como afirmado nos parágrafos anteriores, ainda não havia uma coesão entre os vários levantes nacionalistas, fossem alemães ou italianos. Portanto, é difícil estabelecer que vários movimentos, ainda sem nenhuma relação entre si, façam parte de um esforço ou sejam fruto de interesses comuns.

O principal temor austríaco relacionado ao nacionalismo era de que os movimentos nacionais gerassem, por conseqüência, movimentos dissociativos dentro do território da Áustria. Por conter populações alemãs, italianas e eslavas, além de outras minorias, a perspectiva de que cada uma dessas *nações* reivindicasse pertencer ao seu próprio Estado, era uma ameaça imediata ao Estado multinacional austríaco. Os grupos eslavos começaram uma campanha intelectual, afirmando como marco comum sua língua e história; a rivalidade com os alemães também foi fomentada posteriormente. Entretanto, faltava a estes movimentos uma liderança comum, tanto que Metternich os ignorou a princípio, considerando que a perda das províncias italianas era uma ameaça mais palpável⁹⁴.

Tanto o Czar Nicolau I, que substituiu Alexandre, quanto Frederico III negaram apoio à causa de Metternich. Segundo Renouvin, não se podia inferir facilmente pelas ações políticas do rei da Prússia, se ele apoiava ou rechaçava o nacionalismo; contudo, o que ficava claro em suas intenções políticas era o desejo de

⁹³ RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 194.

⁹⁴ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 142.

desvincular-se diplomaticamente da Áustria. Para o Czar, a Áustria tornara-se um empecilho da política russa no Império Otomano. O príncipe austríaco ficou mais isolado ainda, quando o Primeiro Ministro britânico, Palmerston, quebrou a linha conservadora que governara a Grã-Bretanha nos últimos anos, opondo-se também à Metternich. Todavia, a oposição britânica poderia ser justificada pelos interesses comerciais na Europa. Para Kissinger, que considera que o *sistema Metternich* era o sustentador da paz europeia nos primeiros anos após 1815, o declínio desse sistema indicava o início dos grandes conflitos.⁹⁵

Paralelo aos focos de nacionalismo estava o desenvolvimento industrial da Europa que, por conseqüência, gerava a ampliação do comércio continental. A Grã-Bretanha, que praticamente monopolizou o comércio europeu na primeira metade século XIX, começava a sofrer com a concorrência das mercadorias francesas e outro problema enfrentado pelos produtos ingleses eram as barreiras aduaneiras, que agravavam ainda mais a *guerra comercial*. Somados a esses problemas, havia os distúrbios que o rompimento da paz traria: como em 1815, o comércio na Europa requeria a paz e a estabilidade. Por acreditar que democracias seriam menos suscetíveis à guerra do que regimes absolutistas, Palmerston não estava inclinado a apoiar a campanha austríaca de eliminar os movimentos nacionais.⁹⁶ Pela ótica do Realismo apresentado por Morgenthau, a economia não seria capaz de determinar as ações políticas de um Estado. No entanto é evidente o papel que o comércio desempenhava nas escolhas britânicas dentro da descrição teórica de Renouvin.

A possibilidade da perda de hegemonia comercial na Europa era um incômodo que não podia ser ignorado pelo governo britânico, e a França se esforçava para contestar este aspecto. Nem mesmo a rivalidade com a Áustria, que ambas tinham em comum, seria suficiente para diminuir o conflito formado.⁹⁷

⁹⁵ KISSINGER, Henry A. *Diplomacia das Grandes Potências*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2001. p. 109.

⁹⁶ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 148.

⁹⁷ *Ibidem*, 148-149.

Esta série de desentendimentos entre os *hegemons* que deveriam coordenar suas ações para manter a paz na Europa eram os sintomas da grande crise que se aproximava. Metternich fora o estadista que melhor relacionou os movimentos nacionalistas com suas conseqüências para o sistema do Concerto, mas como mencionado anteriormente, seus recursos diplomáticos haviam se exaurido, e a Áustria estava isolada.

Após a guerra civil suíça, que exigia maior participação popular nas decisões governamentais, os movimentos nacionais que vinham se construindo pouco a pouco, desde 1815, estavam prontos para finalmente levar a cabo suas aspirações. Além do impulso gerado pelo sucesso suíço, o momento parecia oportuno devido à crise da agricultura que ocorria na Europa em 1847. A crise no setor de alimentos ainda gerou crises generalizadas nas finanças e na indústria, despertando revoltas populares pelo continente. As revoltas ameaçavam os regimes estabelecidos e, por conseqüência, o *status quo* territorial. Este seria o exato momento histórico onde haveria a revolução proletariada dentro do sistema capitalista. A teoria clássica de Marx afirmava que a crise capitalista, inevitavelmente, levaria à revolução. É neste ponto que as teorias do imperialismo explicariam que a crise interna não eclodiu devido à expansão comercial das grandes potências, permitindo um adiamento da mesma até que os impérios entrassem em contato uns com os outros e a saturação dos novos mercados resultasse no conflito.

Metternich tentou agir na Itália e na Alemanha, porém Palmerston ameaçou declarar guerra à Áustria caso não desistisse de interferir em outros Estados. Contudo, a supressão de Metternich também traria conseqüências à Grã-Bretanha. A unificação italiana ameaçaria a preponderância no Mediterrâneo, e a unificação alemã adensaria ainda mais a união da *Zollverein*, aumentando os encargos fiscais dos produtos ingleses. Frederico IV ainda aproveitou a debilidade austríaca para implementar o pacto federativo, aproximando a Confederação Germânica, ainda mais, de um Estado unitário. Enquanto a França que se comportara moderadamente desde 1818, quando fora aceita no Concerto Europeu, viu a oportunidade de retomar seu passado hegemônico.

Da mesma forma como Metternich e Castlereagh tiveram *performances* diplomáticas notáveis na primeira metade do século XIX, dois novos estadistas também teriam seu destaque na segunda etapa do Concerto: o chanceler prussiano na Confederação Germânica, Otto Von Bismarck e o novo imperador francês Napoleão III. Bismarck, finalmente, completaria a vontade prussiana da unificação alemã que fora iniciada com a criação da *Zollverein*. O chanceler agiu friamente para alcançar seu objetivo, com sua personalidade forte e implacável.⁹⁸ Já Napoleão III resignaria a política passiva de Luis Felipe, guiado por suas emoções e seu caráter nas decisões políticas; Renouvin relata suas atitudes como difíceis de serem previstas ou compreendidas na total amplitude⁹⁹. Na verdade, este esforço de Renouvin em entender a psicologia destes dois é parte do método da Escola Francesa para interpretar a história das relações internacionais, no qual deveria ser levado em consideração o impacto das forças profundas na figura do homem de Estado. No entanto, não será aprofundada neste trabalho a categoria supracitada.

Kissinger coloca, como elemento comum aos dois, a política externa guiada pela *realpolitik*. O que significa dizer que as relações de poder seriam preponderantes nas ações destes dois estadistas que rechaçavam, cada um à sua maneira, os acordos de Viena.¹⁰⁰

O primeiro dos conflitos que marca o fim da paz estabelecida em 1815, a Guerra da Criméia, teve início quando os interesses russos dentro do Império Turco-Otomano foram ameaçados pela França. O Czar já havia demonstrado a intenção de anexar as províncias ortodoxas do Império, mas alegou que não agiria sem o consentimento do Concerto. Quando a França (que já detinha o título de protetora das populações católicas dentro do Império) contestou os ganhos ortodoxos nas cidades sagradas, a Rússia replicou, obrigando o sultão a recusar o pedido francês ou a guerra seria declarada e o Império destruído.¹⁰¹

⁹⁸ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p., 218.

⁹⁹ *Ibidem*, 220-221.

¹⁰⁰ KISSINGER, Henry A. *Diplomacia das Grandes Potências*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2001. p. 110.

¹⁰¹ RENOUVIN, op. cit., p. 235

A posição estratégica do Império Otomano para o comércio inglês obrigaria a Grã-Bretanha a tomar partido; contudo, o governo britânico não desejava um conflito bélico, tanto que permitiria uma saída honrosa da Rússia, evitando a guerra. O Czar não correspondeu às expectativas inglesas, e uma aliança franco-inglesa formou-se para restaurar o equilíbrio balcânico e o Império Otomano. A Rússia, dentre as potências européias, era a que contava com o maior poderio militar. Tal capacidade provavelmente bastaria, caso enfrentasse alguma das outras quatro isoladamente, mas a batalha seria extremamente difícil contra duas potências aliadas, com sérias conseqüências para o exército russo mesmo que vitorioso. Renouvin afirma que o Czar Nicolau desconsiderava a hipótese de uma aliança tão improvável entre França e Grã-Bretanha, e que já havia avançado demais em seus projetos para retroceder sem uma perda considerável de prestígio¹⁰².

O primeiro ataque da aliança foi na base de Sebastopol, na Criméia, por ser um ponto estratégico para a dominação russa do Império Otomano; entretanto, à medida que o conflito ameaçava prolongar-se, nem França nem Grã-Bretanha desejavam a exaustão e a debilidade que uma guerra longa provocaria. Viram-se obrigadas a buscar novos aliados na Europa, apenas para recorrer à Áustria e à Prússia. A primeira vislumbrava os benefícios de refrear os interesses russos na região balcânica, enquanto pesava as conseqüências de concentrar-se em algo que não as questões italiana e alemã. Já a Prússia temia por romper definitivamente a Santa Aliança, apesar de que a Rússia havia sido um grande empecilho à unificação alemã. Ao final, França e Grã-Bretanha obtiveram o apoio militar prussiano, e o compromisso político da Áustria.

As potências ocidentais pressionavam a Áustria para obter também seu apoio militar na questão, enquanto Bismarck era questionado pela opinião pública sobre a razão de apoiar a Áustria em uma expedição militar. A Prússia abandonou a aliança, e como a Áustria obteve garantias específicas na Itália, decidiu apoiar definitivamente a empreitada, sendo decisiva para a rendição russa. Em 30 de março de 1856 foi estabelecido o Tratado de Paris, que removia os privilégios russos de protetor da população ortodoxa dentro do Império Otomano e sua influência sobre os principados

¹⁰² RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 238.

danubianos.¹⁰³ Mas o aspecto mais difícil de ser aceito pelo Czar Alexandre II (que substituiu Nicolau) era a desmilitarização russa no Mar Negro.

A derrota russa na Guerra da Criméia traía conseqüências graves ao equilíbrio de poder dentro da Europa e, nos anos seguintes ao tratado de Paris, o Concerto não poderia contar com a Rússia, debilitada militarmente, para desempenhar seu papel na manutenção do *status quo*. Outra perda grave foi o fim definitivo da Santa Aliança: sem o apoio russo às causas conservadoras da Áustria, não haveria impedimentos à política prussiana na Confederação Germânica o que, indubitavelmente levaria à unificação alemã.

Na verdade, a unidade alemã não era tão urgente quanto a questão italiana; a França rapidamente denunciou as garantias feitas à Áustria durante a guerra da Criméia, e patrocinou a campanha do Estado Sardo à unificação italiana. O movimento nacional não era homogêneo ou unitário e tinha focos principais que, muitas vezes, divergiam sobre como a integração deveria ocorrer além dos estados italianos que não a desejavam. Mais uma vez é possível notar o quão enganoso seria considerar o nacionalismo italiano como uma única força de associação. O apoio francês à causa seria inicialmente justificado pela simpatia pessoal de Napoleão III. Contudo, o apoio estrangeiro não era bem quisto por todos os grupos intelectuais que atuavam no movimento. Obviamente, a presença francesa também tinha razões mais profundas: a retomada do prestígio internacional e, principalmente, debilitar a Áustria. Com a queda da Rússia e o descompromisso prussiano com a política conservadora, a Áustria seria o último empecilho à nova política exterior francesa de quebrar o *status quo* estabelecido em 1815.¹⁰⁴

O confronto direto com a Áustria ocorreu em 1859 na cidade de Solferino e seu término favoreceu a aliança franco-sarda. Os planos franceses não tinham mais o obstáculo austríaco para atravancar seu desenvolvimento, e a conclusão do *risorgimento* italiano parecia uma questão de tempo.

¹⁰³ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 241.

¹⁰⁴ *Ibidem*, 259.

Contudo, naquele mesmo ano, Napoleão III revisou seu apoio à causa italiana. A conjuntura internacional esperada, na qual as demais potências européias apoiariam ou seriam neutras ao conflito franco-austríaco, simplesmente não ocorreu, forçando o imperador a reajustar a campanha. O apoio francês foi gradualmente diminuído quando o imperador percebeu o conflito de interesses que gerara: tinha boa relação com o Estado da Santa Sé, porém o Papa não desejava a unificação e, por conseqüência, a França também não a desejava mais¹⁰⁵. A atitude foi tomada como traição por Cavour, um dos líderes intelectuais do movimento.

O armistício precoce antes de um maior comprometimento francês foi a solução encontrada. Todavia, a campanha que teve custos e nenhum benefício era desaprovada pela opinião pública. A Grã-Bretanha que apoiou a desvinculação francesa da causa italiana (especificamente por não desejar um aumento da influência francesa na região nem mudanças no Mediterrâneo) cedeu seu apoio diplomático ao Estado Sardo contra a Áustria, buscando trocar a influência francesa pela britânica na região. Napoleão III reagiu à tentativa britânica e reafirmou seu compromisso com a causa sarda, clamando os ganhos territoriais anteriormente acordados: A Grã-Bretanha protestou contra a política francesa, mas manteve sua ajuda ao Estado Sardo.

Contudo, a questão romana ainda não havia sido resolvida. O imperador tentou um acordo onde o governo italiano estaria comprometido a não atacar Roma, mas a medida não representava uma solução definitiva em si, apenas manteria as coisas como estavam. Napoleão acreditava que o tempo se encarregaria de resolver o entrave, mas até que isto ocorresse, ele não contaria totalmente com o apoio de nenhum dos grupos envolvidos.¹⁰⁶

O último dos acontecimentos que modificaram consideravelmente o equilíbrio europeu, a unificação alemã, teve início em 1863 com o conflito austro-prussiano. A Áustria desejava o fim da *Zollverein* através de reformas na Confederação Germânica, enquanto Bismarck detinha seu plano próprio para a reforma da Confederação. As rivalidades entre as duas potências que se acirraram durante anos culminaram na guerra

¹⁰⁵ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 263.

¹⁰⁶ *Ibidem*, 266.

da Sadowa em 1866. A Prússia obteve o apoio italiano e a Áustria, apesar do apoio dos Estados germânicos centrais, não conseguiu manter o conflito em dois *fronts*, sendo derrotada em julho do mesmo ano.

Renouvin atribui a rápida vitória prussiana à passividade dos *hegemons* que poderiam intervir na questão e não o fizeram. Rússia e Grã-Bretanha estavam demasiado preocupadas com a atitude francesa para interferir na questão alemã. Napoleão III afirmou publicamente seu desejo de extinguir de vez os tratados da Convenção de Viena de 1815¹⁰⁷. A oposição de todas as demais potências foi o efeito imediato da declaração do imperador francês, e embora cada uma tivesse interesses particulares para contrariar a França, o principal temor era justamente que Napoleão III retomasse o legado de seu tio, iniciando um novo período de guerras generalizadas pela Europa. Deste ponto de vista, a unificação alemã seria desejável pela Grã-Bretanha e pela Rússia, que teriam outro aliado para contrapor os desejos expansionistas franceses, enquanto Napoleão III aguardava o fim do conflito austro-prussiano para tentar tomar os Estados Germânicos do Sul.

Contudo, a vitória em Sadowa revelara a Prússia como grande potência bélica, e os planos franceses de anexar os Estados alemães do sul iam de encontro aos de Bismarck para a unificação alemã. Em 1870, a Guerra Franco-Prussiana teve início. Kissinger destaca a frieza do chanceler Prussiano pois, para ele, Bismarck conseguiu que Napoleão III declarasse guerra à Prússia. A Confederação Germânica, que acreditou ser o alvo deste ataque, aceitou a proteção prussiana e os termos da unificação conforme Bismarck desejava.¹⁰⁸ O objetivo dele era eliminar a influência francesa, que substituiu a austríaca como empecilho à política prussiana. A Confederação Germânica podia ser dividida em três regiões específicas: o norte apoiava a Prússia; o centro apoiava a Áustria e, após sua derrota, aliou-se aos estados do norte, enquanto o sul permanecia como zona de influência francesa.

A posição das outras potências foi novamente a abstenção ao conflito formado. A Áustria em 1867 transformou-se no Império Austro-Húngaro, dando início à dupla

¹⁰⁷ KISSINGER, Henry A. *Diplomacia das Grandes Potências*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2001. p. 110.

¹⁰⁸ *Ibidem*, 125.

monarquia, e apesar de ter desejado uma aliança com a França, tal aliança nunca chegou a concretizar-se. A Rússia preocupava-se com questões balcânicas e com a possibilidade de que o Império Austro-Húngaro tentasse dominar a região, chegou a firmar uma aliança com a Prússia mas não chegou a participar do conflito. O motivo para a passividade britânica no assunto era que tanto Bismarck quanto Napoleão III poderiam futuramente representar ameaças aos interesses ingleses¹⁰⁹.

A batalha decisiva ocorreu em Sedan, com vitória prussiana. O império francês ainda foi substituído por uma república que continuou administrando o conflito, mas não para anexar novos territórios e, sim, impedir que Bismarck capturasse a Alsácia-Lorena. Todavia, a tentativa de manter os territórios fracassou tanto militar como diplomaticamente, e em janeiro de 1871, o Império Alemão foi formalmente estabelecido no Palácio de Versalhes como humilhação à potência derrotada.

Relembrando a divisão de Adam Watson que foi adotada para organizar as três fases distintas do Concerto: o período inicial de consolidação, o período médio que se refere à etapa revolucionária, e a etapa final com o gradual desaparecimento da ordem estabelecida em 1815. Os acontecimentos deste período do Concerto são atribuídos por Renouvin à política externa de Napoleão III. O imperador desejava ganhar prestígio e o apoio da opinião pública, retomando o passado hegemônico da França. Para isto, removeu as duas potências que representavam empecilhos aos desejos expansionistas da França: a Rússia com a Guerra da Criméia e a Áustria com a unificação italiana; entretanto, estas também eram inimigas da política revisionista de Bismarck. As próprias ações de Napoleão III fortaleceram aquele que viria a ser seu adversário, o Império Alemão.

O último terço da cronologia do Concerto Europeu seria mais um longo período de paz na Europa. Contudo, o equilíbrio de poder estabelecido em 1815, não era mais válido devido às mudanças ocorridas no continente. As adaptações ao novo sistema levariam as potências a organizarem-se em novos arranjos e alinhamentos, ao

¹⁰⁹ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 309.

mesmo tempo em que suas rivalidades eram acirradas, culminando em 1914 com a Primeira Guerra Mundial.

2.4 Um Novo Período de Paz? De 1871 a 1914

A economia europeia passava por um momento singular: ao mesmo tempo em que a produção industrial alcançava seu ápice, a produção agrícola entrava em crise devido à competição com os produtos vindos da América e da Ásia. A exceção da Grã-Bretanha, os Estados europeus adensavam ainda mais seu protecionismo na tentativa de proteger suas indústrias e o interesse populacional. Esta rivalidade comercial fomentaria conflitos entre as potências europeias, tornando políticas, suas demandas comerciais. Estes já seriam os primeiros indícios da crise internacional, que inevitavelmente ocorre de acordo com as teorias imperialistas do marxismo e que viria a culminar com a guerra.

Os *hegemon*s europeus agora lidavam com a presença de outro gigante, o Império Alemão, e aguardavam na expectativa das ações da recém-formada potência militar. A França, que sofria com o declínio de prestígio gerado pela derrota na Guerra Franco-Prussiana e a perda da Alsácia-Lorena, gozava de uma rápida recuperação econômica. A Rússia não conseguia acompanhar o ritmo do crescimento econômico das demais potências; a Áustria-Hungria sofria as conseqüências da dupla monarquia: se antes da fusão o império austríaco já sofria por abrigar povos diferentes num mesmo território, agora o problema se agravava, e as decisões políticas muitas vezes, sofriam com a demora causada pela burocracia de duas monarquias. A Grã-Bretanha, mais uma vez, encontrava-se afastada das preocupações que assolavam as potências: apesar de temer a rivalidade comercial alemã, *a priori* não formalizaria nenhum acordo que a comprometesse a uma posterior guerra.

Este período, de acordo com Kissinger, seria caracterizado pelo uso da *Realpolitik*, ou seja, os Estados europeus voltariam ao padrão conflituoso do Século XIII.¹¹⁰ A luta pelo poder, guiada por interesses, dominaria as relações entre as grandes potências. Este argumento não surpreende vindo de um realista, entretanto, nos

¹¹⁰ KISSINGER, Henry A. *Diplomacia das Grandes Potências*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2001. p. 127.

primeiros anos após a unificação alemã, houve apenas políticas de *status quo*. O revanchismo francês não eclodiu, e apesar, da ameaça que a Alemanha representava, não se formou imediatamente uma contra-aliança para suprimi-la.

Sem dúvida, a política externa dos países basear-se-ia nos atos da Alemanha. A nova potência continental tinha, em 1871, 41 milhões de habitantes; o maior e melhor exército do mundo; além de uma indústria forte, incluindo as primeiras mineradoras de carvão-mineral da Europa¹¹¹. A Alemanha contava também com Bismarck, que no período que antecede sua unificação, soube aproveitar as formações do equilíbrio de poder para benefício da mesma. Apesar disso, Bismarck não desejava, momentaneamente, expandir o Império dentro do continente, que já usufruía de uma posição privilegiada no mesmo. A manutenção do *status quo* era mais importante, principalmente para evitar um levante francês na tentativa de recuperar a Alsácia-Lorena. Ciente da rivalidade entre Áustria-Hungria e Rússia, ainda na questão balcânica, o chanceler propôs a Entente dos Três Imperadores, visando a evitar um conflito entre os Estados vizinhos e garantir o isolamento da França, caso esta realmente buscasse reaver os territórios perdidos.

A despeito da expectativa de um revanchismo francês, para Renouvin, ele não ocorreu. O governo francês, inclusive, adiantou o pagamento das indenizações de guerra firmadas no Tratado de Frankfurt. Ainda de acordo com Renouvin, as expectativas de Bismarck alusivas ao tratado eram duas¹¹²: ou que a França se recusasse a pagar as indenizações, justificando a permanência de tropas germânicas em território francês e legitimando o direito alemão a uma nova guerra caso necessária; ou que o pagamento prejudicasse economicamente a França, acarretando na debilitação das tropas francesas. Como a indústria francesa apresentou um desempenho acima das expectativas no período imediatamente posterior à Guerra Franco-Prussiana, o pagamento pôde ser efetuado antes do prazo, apesar do inconformismo popular, principalmente dentro dos

¹¹¹ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 340.

¹¹² *Ibidem*, 370.

territórios anexados pelos alemães. Já Kissinger, acredita que a política da França seria baseada no planejamento de uma revanche.¹¹³

Como a debilidade bélica da França não ocorreu conforme planejado por Bismarck, o chanceler usaria de seus artifícios diplomáticos para isolar politicamente a França. A Entente dos Três Imperadores representava uma aliança militar defensiva, e privilegiava principalmente a Alemanha contra um ataque francês; mas, a rivalidade entre Áustria-Hungria e Rússia na questão dos Bálcãs fez com que o acordo fosse denunciado pela parte russa, que retornou posteriormente por reatar o isolamento. Em 1882 Bismarck firmou com a Áustria-Hungria e Itália um acordo secreto instituindo a Tríplice Aliança. Esta série de “alianças” não seria sustentável por muito tempo: a sobreposição de acordos e a desconfiança entre os membros tornaria precário o equilíbrio criado dentro do chamado “sistema Bismarck”.

No ano de 1890, Bismarck deixa o posto de chanceler devido a divergências com o imperador alemão Guilherme II. A nova chancelaria preferiu seguir com a Tríplice Aliança, afastando a Rússia da política alemã. Isto deu oportunidade à França de quebrar seu isolamento, oferecendo um acordo com a Rússia; entretanto, o Czar não confiava na estabilidade do sistema parlamentarista francês e recusou-se a firmar uma aliança militar. Contudo, quando a Grã-Bretanha associou-se à Tríplice Aliança, desejando fazer frente à Rússia na questão das colônias asiáticas, e a Alemanha, por pressão interna dos produtores agrícolas, criou uma série de barreiras tarifárias aos produtos russos, a aliança militar com a França mostrou-se como último recurso para o Czar.

Apesar do arranjo formado ao final do período de Bismarck indicar a eclosão de um conflito, envolvendo de um lado a Tríplice Aliança associada à Grã-Bretanha contra França e Prússia, Renouvin alega que nenhuma das potências desejava o conflito, apenas preparavam-se da melhor forma possível caso ele acontecesse¹¹⁴. O caráter defensivo das alianças forjadas corrobora a afirmação: a Rússia deixou claro, quando

¹¹³ KISSINGER, Henry A. *Diplomacia das Grandes Potências*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2001. p. 148.

¹¹⁴ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 406.

aderiu ao acordo militar, que o tratado não era válido para questões que envolvessem a Alsácia-Lorena. A Áustria-Hungria ainda remanesceu rancorosa da Itália para apoiar uma ofensiva militar ao seu lado.

A partir do século XX, as rivalidades entre as potências geralmente envolvem questões extra-europeias. Quando os *hegemonos* começam a divergir sobre suas respectivas áreas de influência (especialmente na Ásia Oriental e na África), os arranjos dentro da Europa são modificados.

O apoio britânico ao Japão, após o início do conflito russo-japonês, obrigou a Rússia a ampliar a aliança com a França. O novo acordo incluiria a Alsácia-Lorena e uma ação militar conjunta contra o Reino Unido. A própria Grã-Bretanha não desejava aprofundar sua associação com a Tríplice Aliança, temendo envolver-se em conflitos desnecessários. Quando o governo inglês foi pressionado pelo alemão sobre o adensamento do compromisso, a Grã-Bretanha indeferiu o acordo, permitindo uma aproximação francesa.

A *Entente Cordial*, que havia sido precária no passado, retornou, aliando França e Grã-Bretanha. Contudo, a rivalidade Inglesa com a Rússia na questão do Japão levaria ao rompimento de uma das alianças francesas, a menos que as questões imperialistas pudessem ser resolvidas. E de fato a Rússia concordou em revisar juntamente com a Grã-Bretanha a questão japonesa. Na verdade, o Czar preferiu negociar territórios ao invés de perdê-los. Como resposta, a Alemanha tentou construir uma aliança continental antibritânica, porém as tentativas de fazer a Rússia e a França aderirem à Tríplice Aliança, apenas instigaram os outros três países a fortalecer seu compromisso, chegando a instituir um acordo militar comum no caso de uma guerra contra a Alemanha.

A partir de 1907, um conflito generalizado já se mostrava como inevitável, mas ainda havia um nítido esforço das potências para a manutenção do *status quo*: nem França nem Inglaterra responderam ofensivamente às aspirações da Alemanha na África e na Ásia Menor, preferindo soluções diplomáticas para o aumento de influência alemã no Congo e na construção da ferrovia Berlim-Bagdá. Renouvin atribui tal atitude à

priorização de interesses políticos em detrimento de econômicos pelas potências ocidentais¹¹⁵.

Em 1908 a eclosão do movimento nacional sérvio trouxe instabilidade aos Bálcãs. Um golpe de estado na Sérvia despertou mais uma vez na Áustria-Hungria o receio de perder as províncias de população sérvia. A Rússia também desejava intervir na questão, para evitar o avanço da influência da dupla monarquia sobre os Bálcãs. A Tríplice Aliança foi convocada a defender os interesses austríacos, porém a Tríplice Entente não correspondeu à demanda russa, alegando que não havia interesses primordiais envolvidos.

A atitude da França e da Grã-Bretanha foi interpretada pelo Czar Nicolau II como traição. Renouvin afirma que os laços da Tríplice Aliança eram mais fortes que os da entente. E de fato a Tríplice Entente era a combinação de dois acordos desvinculados: um franco-inglês e outro franco-russo e entre Rússia e Inglaterra havia somente um compromisso diplomático geral. Entretanto, a possibilidade de uma hegemonia alemã sobre a Europa era mais motivadora do que a tradicional política inglesa de manter-se neutra até às vésperas do conflito, e em 1912, a Grã-Bretanha afirmou sua intervenção no caso de uma guerra provocada pela Alemanha contra França ou Rússia. Para Kissinger, a Grã-Bretanha, que antes da unificação alemã, acreditava que se tratava apenas de mais um movimento nacional, agora percebia que sozinha, a Alemanha podia dominar todo o continente, isto seria decisivo para quebrar o isolamento britânico.¹¹⁶

A Tríplice Aliança também renovou seus compromissos em 1912, antes da data prevista, devido à proximidade do conflito generalizado: desde a derrota russa na questão balcânica em 1908, o Czar fomentava novos levantes nacionais na região. Em outubro de 1912, os Estados balcânicos formaram uma aliança contra o domínio turco na região, e, novamente os interesses da Áustria-Hungria estavam ameaçados. Todavia,

¹¹⁵ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 511.

¹¹⁶ KISSINGER, Henry A. *Diplomacia das Grandes Potências*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2001. p. 155.

a Tríplice Aliança não apoiou a empreitada austríaca na região, negligenciando a ameaça que a formação de um “Estado Sérvio” traria ao aliado.

Com a divisão da Turquia entre os Estados balcânicos e o aumento da influência russa na região, a ferrovia Berlim-Bagdá geraria ainda mais controvérsias, complicando uma situação que já se mostrava irreversível. O Concerto Europeu deu lugar a duas alianças distintas que não contavam com um árbitro para sanar suas diferenças. Pela visão de Morgenthau, os Estados poderiam tentar controlar o equilíbrio de poder até um certo ponto, onde o *staus quo* seria rompido e o novo equilíbrio estabelecido, independente da vontade dos atores. Esta definição parece apropriada para o momento da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

3 Leitura Teórica do Concerto Europeu

Após a apresentação das teorias que serão utilizadas e dos eventos do Século XIX relacionados com o Concerto Europeu, neste capítulo será debatida a aplicabilidade dos conceitos teóricos na leitura desses eventos. Primeiramente, serão comparadas as categorias de estabilidade e ordem para que se entenda qual delas seria a mais apropriada para descrever o Concerto. Posteriormente, será analisado o desenvolvimento dos impérios econômicos e como eles afetaram a política das grandes potências tanto para a paz quanto para o conflito. Por último serão estudadas as mudanças no Concerto Europeu em decorrência dos movimentos nacionais.

3.1 A Estabilidade e a Ordem

O Século XIX é considerado, dentro de grande parte da bibliografia das Relações Internacionais, como o mais longo período de paz na Europa. Mas como mostrado no capítulo segundo, a paz em alguns momentos se apresenta tênue e frágil, e os conflitos ocorridos no período médio modificam significativamente as bases para essa paz. A partir dessas considerações, é preciso ter em mente que a paz que ocorreu no período inicial do Concerto Europeu é, essencialmente, diferente da que precedeu a Primeira Guerra Mundial. Esta noção é importante para o debate que será feito neste subcapítulo entre a estabilidade do equilíbrio de poder, como vista pelo Realismo, e a ordem internacional da Escola Inglesa.

Nos primeiros anos do Concerto Europeu, as atitudes das grandes potências indicavam um compromisso tácito com a paz. Apesar de nunca terem abandonado o direito à guerra, nenhum dos *hegemons* parecia realmente desejá-la. Contudo, a paz não era um fim em si, mas apenas o meio através do qual as potências atingiriam seus objetivos primários. A Grã-Bretanha desejava a paz para melhor administrar seu império colonial (o mais desenvolvido do período); a França era observada com cautela pelo arranjo da Quádrupla Aliança, mas não indicou nenhum tipo de revanchismo em suas ações, ao contrário, intentou mostrar que a França revolucionária havia ficado no passado para ganhar a confiança do Concerto. As três potências orientais, apesar de seus objetivos conflitantes, foram capazes de resolver suas diferenças através do diálogo

diplomático, superando séculos de rivalidade. Apesar de a paz ser um meio, e não um fim, os objetivos sustentados por ela eram tão importantes para os membros do Concerto que é cabível questionar, se seu compromisso era apenas tácito ou se havia algo mais profundo.

As preocupações francesas e britânicas com o comércio, e o interesse da parte oriental do Concerto em controlar os movimentos nacionalistas, com certeza seriam prejudicados caso um conflito ocorresse. Enquanto a guerra representaria um empecilho aos objetivos primários das potências, com certeza estas estariam dispostas a enfrentar umas às outras na defesa dos seus interesses; logo, o que se escondia atrás da paz eram os interesses próprios dos membros do Concerto. Isto não torna o fenômeno da paz no século XIX menos extraordinário. Durante todo o século XVIII, as potências se revezaram nas tentativas hegemônicas de dominar a Europa, um cenário muito próximo do ambiente de desconfiança e conflito descrito na teoria realista. Após a derrota de Napoleão, finalmente, houve um momento histórico no qual os interesses pareciam estar dissociados da idéia de poder. Anteriormente, o mais provável seria que a aliança anti-napoleônica se aproveitasse da condição debilitada do inimigo ou mesmo dos outros membros da aliança e iniciasse uma guerra própria ou que impusesse severas penalidades ao Estado derrotado, visando à sua humilhação e perda de prestígio. Mesmo ao final da Primeira Guerra Mundial, os vencedores não se comportaram como a aliança que viria a formar o Concerto Europeu: a Tríplice Entente impôs severas punições à Alemanha derrotada e a motivação principal seria o revanchismo francês pela humilhação sofrida na Guerra Franco-Prussiana de 1871.

Outro fator que limitaria as possibilidades de guerra era a forma como o equilíbrio de poder fora estabelecido no Concerto. Todas as potências reconheciam as outras quatro como tal, e tinham ciência de que qualquer uma teria recursos para iniciar um conflito. Apesar do desejo de paz, a Europa era dominada pela desconfiança mútua que os *hegemon*s sentiam uns em relação aos outros. Nenhum deles permitiria ações unilaterais ou que qualquer aliança, formada dentro do grupo, agisse sem consultar o Concerto. Neste sentido, o equilíbrio de poder representou o mecanismo de coerção e controle das grandes potências, caso alguma delas agisse contrariamente ao acerto

tomado em âmbito multilateral; rapidamente um arranjo dentro do Concerto o suprimiria.

Seria a estabilidade gerada pelo equilíbrio de poder suficiente para explicar este primeiro momento do Concerto? De acordo com Morgenthau os Estados agiriam em prol dos próprios interesses e a desconfiança mútua gerada pela anarquia não permitiria mais que uma frágil estabilidade, na qual o equilíbrio de poder seria estabelecido.¹¹⁷ O sistema do Concerto era de fato baseado no equilíbrio de poder, mas os interesses das potências não aparentavam estar associados a desígnios de poder. Apesar da tentativa de definir o interesse de um Estado ser um exercício subjetivo, e sujeito às críticas aplicadas ao realismo no primeiro capítulo, os atos das potências apontavam para uma hegemonia compartilhada na Europa. Na visão realista, o equilíbrio mantido pelo Concerto seria quebrado assim que os interesses de uma das potências fosse conflitante com os demais e, no entanto, as decisões tomadas em conjunto foram respeitadas, apesar de não agradarem plenamente a todos.

Quanto à questão da desconfiança, as ações da França eram observadas de perto, mas isto não impediu que o Estado, que outrora causou o conflito motivador do Concerto, fosse aceito como igual e sem nenhuma penalidade territorial. A Áustria também não confiava na Rússia e na Prússia; no entanto, a Santa Aliança foi capaz de atuar de acordo com seus princípios conservadores, constringendo mesmo as aspirações russas de pan-eslavismo.

Se as potências não abriram mão do conflito, mas não o praticaram arbitrariamente; cumpriram as decisões multilaterais e foram capazes de incluir no cálculo de suas ações as conseqüências para as outras potências. A estrutura na qual elas estariam inseridas se assemelha mais à sociedade internacional do que simplesmente o sistema internacional anárquico. Assim, a ordem internacional, que sustenta essa sociedade, seria mais eficaz que a estabilidade, ao descrever a paz do período inicial do Concerto Europeu.

¹¹⁷ MORGENTHAU, Hans J. *A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. p. 332-333.

A ordem internacional seria um arranjo peculiar capaz de garantir os objetivos primários da sociedade internacional. Estes objetivos, como visto no capítulo primeiro, referem-se à preservação das unidades constituintes da sociedade bem como da sociedade em si, à manutenção da paz pois esta é capaz de ajudar na estabilidade do sistema, e a criação de regras que restringiriam o uso da força dentro da sociedade.¹¹⁸

A preservação dos elementos do sistema pode ser facilmente identificada na atitude austríaca de zelar, não apenas pela manutenção dos arranjos territoriais estabelecidos em 1815, mas também pela preocupação de Metternich em preservar os regimes absolutistas nas potências orientais. Havia também a preocupação com a paz, ou mais especificamente, uma preocupação com a estabilidade e previsibilidade que esta paz garantiria. Mas com certeza não havia regras dentro do Concerto Europeu para limitar de alguma forma o uso da força. Neste quesito os *hegemons* não compartilhavam nem mesmo de princípios comuns¹¹⁹, uma vez que a Santa Aliança arrogava-se o poder de intervir nos Estados menores, enquanto a Grã-Bretanha questionava esta intervenção.

Apesar da ausência de regras, a ordem e a sociedade internacional enquadram-se melhor na descrição desta primeira etapa do Concerto Europeu do que a estabilidade e o sistema internacional. No entanto, há uma discórdia sobre qual instituição seria a mantenedora desta ordem: a Santa Aliança ou o Concerto Europeu como um todo. Kissinger, ao referir-se frequentemente ao período anterior a 1848 como o *sistema Metternich*, obviamente destaca o papel da Santa Aliança. E, de fato, Metternich foi o chefe de estado com maior destaque nos anos iniciais do sistema de Viena. Sua habilidade diplomática foi capaz de conciliar e restringir, por um período considerável de tempo, as ações da Prússia e da Rússia, que antes agiam como rivais da Áustria. O isolamento britânico em relação às decisões do Concerto, aumenta o valor dos feitos de Metternich dentro da Santa Aliança. No entanto, autores como Karl Polanyi acreditam que mesmo sem o marco ideológico comum da Santa Aliança, o Concerto Europeu foi

¹¹⁸ CANESIN, Carlos H. *A Ordem e as Forças Profundas na Escola Inglesa de Relações Internacionais: Em Busca de uma Possível Francofonia*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n1/a07v51n1.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2008. p., 127.

¹¹⁹ Kissinger aponta como princípio comum entre as potências a noção de justiça que elas teriam em relação às suas decisões dentro âmbito do Concerto, no entanto este princípio comum não é capaz de cumprir um papel regulamentador, que uma decisão conjunta sobre a questão intervencionista talvez cumprisse.

capaz de administrar melhor a ordem. É adotada neste trabalho a perspectiva de que o Concerto seria o gestor desta ordem, mas não por desacreditar na eficiência da Santa Aliança, mas pelo fato do termo “Concerto Europeu” enquadrar todas as potências. O sistema de Metternich, realmente, destaca-se mais que as ações das cinco potências; contudo, a Grã-Bretanha e a França também tiveram sua parcela de contribuição para a paz do período.

O quadro da paz mudou significativamente durante o período médio ou revolucionário, do Concerto Europeu. Para Kissinger, a violação da paz ocorreu porque Napoleão III e Bismarck utilizavam a *Realpolitik* ou simplesmente a política do poder como vista pelo Realismo, para derrubar o sistema de Viena.¹²⁰ Este é um argumento esperado de um autor realista, mas a política de Bismarck realmente é considerada um marco da política voltada para o poder. Contudo, a de Napoleão III não poderia ser enquadrada tão bem quanto a de Bismarck na *Realpolitik*. Apesar de também rechaçar o sistema territorial estabelecido em 1815 e desejar expandir as fronteiras francesas, muitas vezes Napoleão III abriu mão de conquistas ao levar em consideração a opinião pública em suas ações, principalmente no caso dos grupos católicos contrários à anexação do Vaticano na unificação italiana. O esperado de um estadista da *Realpolitik* seria a priorização dos ganhos territoriais na Itália, e não uma tentativa de conciliação entre as divergências dos nacionalistas italianos e o Vaticano que anulou os possíveis ganhos franceses da guerra contra a Áustria.

Apesar do episódio supracitado, onde Napoleão III não teria agido de acordo com a política do poder, nem sempre o imperador agia sem um foco específico: a provocação à Rússia dentro do Império Otomano, a Guerra da Criméia e as imposições do Tratado de Paris, após a vitória dos aliados, mostram que Napoleão III também soube coordenar suas políticas com um fim específico. No caso, ele pretendia dissolver a Santa Aliança, removendo um empecilho à sua política expansionista. As relações entre Napoleão III e Bismarck serão estudadas mais a fundo, no subcapítulo 3.3, que trata dos movimentos nacionais.

¹²⁰ KISSINGER, Henry A. *Diplomacia das Grandes Potências*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2001. p. 110.

A Guerra Franco-Prussiana, ocorrida ao final do período médio do Concerto Europeu, definiu os parâmetros da paz na última etapa da cronologia. No período que precedeu a Primeira Guerra Mundial, as qualidades da ordem internacional presentes na primeira parte da divisão feita por Adam Watson, já não podiam ser identificadas. Após a anexação da Alsácia-Lorena, o recém criado Estado alemão aguardava uma revanche francesa, e a França, apesar de indicar uma política moderada nos anos seguintes à guerra, posteriormente, o revanchismo em relação à Alemanha tornou-se evidente. Neste momento, o equilíbrio de poder não mais agia constringendo as tentativas de ações unilaterais das potências. O que ocorreu foi a polarização dos *hegemons* europeus em duas alianças baseadas na rivalidade dos Estados centrais do sistema.

Pouco se vê de uma sociedade internacional que prioriza a preservação de suas unidades ou que deseja a paz por suas qualidades estabilizadores nesta configuração de duas alianças; ao contrário, o que ocorreu foi uma corrida armamentista. Neste período é possível identificar a estabilidade precária como vista por Morgenthau, pois a eclosão de um conflito, que definisse um novo desenho para o equilíbrio de poder, era iminente.

Apesar dos conflitos ocorridos no período entre 1848 e 1871, muitos autores consideram o século XIX o mais longo período de paz na Europa, como afirmado no início deste capítulo. Afirmações como as de Karl Polanyi de que no Século XIX ocorreu “um fenômeno sem precedentes nos anais da civilização ocidental, a saber, uma paz que durou cem anos – 1815-1914.”¹²¹ Ao considerarem a paz do Século XIX como um fenômeno uniforme, ignoram essencialmente que as condições para a paz no início do Século eram completamente diferentes das encontradas no final. Partindo das diferenças entre a paz do primeiro período e a do último, também é possível concluir que, mesmo antes a unificação da Alemanha, o uso do termo “Concerto Europeu” ocorre apenas por conveniência ao referir-se às grandes potências européias. Na verdade, antes da Guerra Austro-Prussiana, os Estados europeus poderiam ter se reunido para discutir a questão, contudo, a Grã-Bretanha e a Rússia permaneceram passivas diante da situação, permitindo que as políticas revisionistas de Bismarck e Napoleão III destruíssem a ordem de Viena. O cenário que antes era dominado pelas decisões

¹²¹ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.19.

multilaterais de cinco *hegemons*, tornou-se a rivalidade entre duas alianças preparadas para violar a paz a qualquer momento.

3.2 Os Impérios Econômicos

O desenvolvimento econômico desempenhou um papel fundamental na política entre as grandes potências no Século XIX. Como visto no segundo capítulo, a Grã-Bretanha tinha o maior império colonial dentre os membros do Concerto, e desde 1815 havia uma preocupação específica na paz européia, para que o comércio mundial inglês pudesse se desenvolver. As outras potências, exceto a Áustria, posteriormente desenvolveram seus impérios, mas este período de expansão foi iniciado durante a etapa revolucionária do Concerto que, como visto, foi o cenário das guerras européias do Século XIX. A partir deste ponto, deve-se questionar se estes conflitos já seriam conseqüências dos imperialismos das grandes potências ou se eles teriam, de alguma forma, uma causa econômica.

Como visto no primeiro capítulo, as teorias econômicas do imperialismo afirmam que as falhas estruturais do sistema capitalista não levariam, imediatamente, à revolução, como previsto por Marx. Ao se aproximar o momento da crise interna da economia, os Estados que fariam parte de uma burguesia internacional criariam impérios coloniais. Estes permitiriam uma extensão dos seus mercados e adiando a crise até o ponto em que as fronteiras desses impérios começassem a se encontrar, ou seja, até o momento no qual não houvesse mais para onde se expandir. Nesta situação, a guerra seria a única solução, para sanar as diferenças entre as potências e seus impérios.

Em 1848, os Estados europeus estavam às vésperas de uma crise econômica que poderia ser postergada através da expansão imperialista.¹²² Mas seriam as guerras ocorridas até 1871 os sintomas imediatos da política imperialista, como questionado anteriormente? Hobsbawm acredita que, como a expansão era recente, ainda não havia a

¹²² HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital: 1848 -1875*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 58-59.

necessidade de competir por colônias ou mercados preferenciais. Em sua teoria, Marx também não enxergava as guerras deste período como plenamente econômicas.¹²³

Ainda na visão de Hobsbawm a estrutura econômica, apesar de não ser a causa direta dos conflitos, teria favorecido mudanças substanciais na tecnologia e, mesmo na modernização de Estados como a Alemanha, que ascendiam como potências bélicas.¹²⁴

Mas estariam os conflitos deste período, a Guerra da Criméia, a Guerra Franco-Austríaca e a Guerra Franco-Prussiana, realmente desvinculados de qualquer interesse econômico? Pelo menos para a Grã-Bretanha a resposta seria: não. O objetivo desta indagação não é enquadrar a política imperialista nestes conflitos, mas identificar se havia alguma motivação econômica neles. Obviamente, o impacto econômico seria mais evidente na potência européia que valorizasse mais o comércio, por isso a análise dos interesses econômicos da Grã-Bretanha é importante.

Desde a conferência de Viena em 1815, a política britânica parecia estar mais preocupada com o gerenciamento do império colonial do que em si com a política européia. O que voltou a atenção britânica para a Europa foi a ascensão da França como possível rival comercial, mas isto não gerava mais que ocasionais tensões entre os dois Estados, que eram resolvidas sem maiores conseqüências. No entanto, a Grã-Bretanha aliou-se à França contra a Rússia na Guerra da Criméia. A única razão apontada para tal ação seria a preocupação com o domínio do Mar Negro, o que, possivelmente, prejudicaria a influência comercial britânica na região. O Governo britânico não estava inclinado à guerra, mas parecia capaz de buscá-la, caso seus interesses comerciais fossem ameaçados. Na unificação italiana, a Grã-Bretanha passivamente permitiu que a França conquistasse uma posição influente no Estado, que estava por vir. Mas a presença de um aliado francês no Mediterrâneo, era uma ameaça ao comércio britânico na região. Assim que a política confusa de Napoleão III desapontou o movimento nacional italiano, a Grã-Bretanha ofereceu seu apoio à causa, garantindo assim que a influência francesa não interferisse no comércio.

¹²³ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital: 1848 -1875*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 120.

¹²⁴ *Ibidem*, 122.

No caso da Itália, a guerra não foi necessária para defender os interesses econômicos no Mediterrâneo. Todavia, a unificação alemã representaria outra ameaça aos interesses comerciais britânicos. Se a união aduaneira da *Zollverein* já prejudicava a penetração dos produtos britânicos nos Estados da Confederação Germânica, a emergência de uma nova potência econômica industrializada seria uma ameaça ainda maior. Contudo, não houve qualquer tipo de oposição contra o movimento nacional alemão. A explicação dada por Renouvin, para esta indiferença quanto à unificação alemã, é que naquele momento a política inglesa enxergava, nas tentativas revisionárias de Napoleão III, uma ameaça maior, o que não necessariamente significa que a Grã-Bretanha interferiria na unificação alemã.

Este exercício de tentar definir até que ponto os interesses comerciais britânicos seriam capazes de interferir em sua política ajuda a compreender como as alianças, que se formaram no último período do Concerto Europeu, devem suas configurações aos atritos entre os imperialismos. Os conflitos do período médio teriam causas mais políticas que econômicas e não seriam fruto das políticas imperialistas. Mas após 1871, finalmente os impérios começaram a se chocar.

A crise do setor agrícola, ocorrida na Europa após 1871, acelerou a busca por novos mercados pelo mundo, enquanto aumentou a ação das políticas protecionistas no continente. As disputas comerciais na Ásia oriental e África respaldavam diretamente nas alianças polarizadas em torno da França e da Alemanha. A questão do Japão pesou consideravelmente na rivalidade entre Grã-Bretanha e Rússia, interferindo diretamente na Tríplice Entente. Posteriormente, o Czar aceitou uma negociação com o governo britânico sobre o domínio dos territórios no Extremo-Oriente.

O império alemão começou a gerar atritos com o britânico e o francês na África e na Ásia, indicando que o momento previsto por Lênin, no qual a guerra eclodiria, havia chegado. No entanto, as potências ocidentais preferiram resolver a questão por meios diplomáticos. Para Renouvin elas priorizaram, neste momento, os interesses políticos em detrimento dos econômicos.¹²⁵ Uma alternativa a esta visão é

¹²⁵ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX*. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I). p. 511.

que, enquanto a Alemanha contava com o apoio da Tríplice Aliança, a Tríplice Entente não estava estabelecida e havia o esforço alemão para formar uma aliança continental anti-britânica. Uma guerra, neste momento de incertezas, seria muito arriscada, mas não necessariamente significaria que os interesses econômicos foram deixados de lado. O conflito viria pouco depois, com o projeto da ferrovia Berlim-Bagdá, que interferia diretamente na política econômica Russa.

As teorias imperialistas ajudam a compreender qual seria a relação entre os interesses econômicos e a guerra, contudo o imperialismo não pode ser identificado como a única causa do conflito: a Áustria não participou da corrida imperialista, mas estava envolvida nas alianças do último período do Concerto. A Grã-Bretanha, potência que mais dependia do comércio, não agiu cegamente em defesa do seu império colonial. Contudo, se a questão econômica não era sozinha a causa da guerra, com certeza representava parte dos interesses das grandes potências nela. A análise comparada entre a estabilidade e a ordem, ignora qualquer tipo de influência que o sistema capitalista possa ter na guerra ou na paz. Perspectivas do sistema-mundo, como a de Immanuel Wallerstein, criticam arduamente a forma como correntes, que enxergam apenas relações de poder, versam sobre a distribuição de capacidades, enquanto desconsideram o papel que os Estados representariam dentro de uma distribuição internacional do trabalho ou os benefícios e prejuízos do sistema capitalista.¹²⁶

3.3 Movimentos Nacionalistas

O período entre 1848 e 1871 é marcado como o período revolucionário dentro do Concerto Europeu, devido aos acontecimentos que modificaram, significativamente, o arranjo estabelecido em 1815. A formação de dois Estados baseada nos princípios nacionalistas violou a ordem estabelecida após a derrota de Napoleão. Mas seria a emergência desses dois Estados fruto apenas do nacionalismo ou as unificações italiana e alemã foram fomentadas por outras forças?

¹²⁶ VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*. 3. Ed. Needham Heights: Allyn and Bacon, 1999. p. 352-353.

A análise dos movimentos nacionais esbarra na dificuldade, apontada no primeiro capítulo, de conceituar previamente o que seria uma nação ou mesmo de identificar o nacionalismo. No Século XIX, de forma geral é possível afirmar que os teóricos liberais, que versavam sobre o nacionalismo, buscavam categorias comuns como território, língua, religião, história ou etnia para definir o que seria uma nação. Renouvin discorda sobre a aplicação isolada de qualquer uma dessas categorias, enquanto Hobsbawm afirma que elas, apesar de representarem um esforço intelectual, não seriam válidas para definir, previamente, o que seria uma nação, já que tal definição objetiva seria impossível. Mesmo a Revolução Francesa mostrou que características como a língua ou etnia não seriam suficientes para determinar se um grupo pertenceria ou não a uma nação. As populações germânicas da Alsácia-Lorena se identificaram com os princípios da revolução, e por se considerarem cidadãos franceses, não sofreram qualquer tipo de discriminação dentro do movimento nacionalista francês.¹²⁷ Quanto ao nacionalismo, Hobsbawm aponta três fases distintas que ajudariam o historiador a identificá-los.

Partindo do pressuposto estabelecido de que a nação só poderia ser identificada após sua formação, mas que o nacionalismo pode ser mais facilmente percebido dentro das três fases, serão identificadas as etapas dos movimentos nacionais na Alemanha e na Itália, para que, posteriormente, seja possível relacionar a formação desses Estados com os respectivos movimentos nacionais ou com os interesses das outras potências.

A primeira etapa dos movimentos nacionais seria a construção intelectual da nação, que ocorreu na Itália e na Alemanha entre 1819 e 1821 na forma de levantes anti-absolutistas. Contudo, a Santa Aliança e as ações de Metternich agiram para abafar estes movimentos que ficaram restritos a círculos intelectuais. Em 1847, o surgimento de líderes como Mazzini, na Itália, e de grupos intelectuais na Alemanha, pode ser considerada como a segunda fase dos nacionalismos.

A partir deste momento histórico, os movimentos nacionais começaram a cativar as massas como previa a última etapa de Hobsbawm. Contudo, as unificações na

¹²⁷ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo Desde 1780: Programa Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 32-33.

forma como Renouvin classificaria de “força de associação” não ocorreram apenas com a participação popular. O que então teria causado as unificações se não as massas? Na visão de Kissinger a formação da Itália e da Alemanha só foram possíveis através das ações de dois estadistas, Napoleão III e Bismarck.

Napoleão III, que em sua juventude conviveu com os líderes do movimento italiano, considerava-se defensor dos nacionalismos e ajudou o Estado Sardo na Guerra contra a Áustria, removendo assim o principal obstáculo que o nacionalismo encontrava na Itália. Bismarck, na posição de chanceler prussiano na Confederação Germânica, travou guerras contra a Áustria e contra a França para finalmente realizar a unificação alemã.

Já que ambos contribuíram para os movimentos de unificação, seria possível enquadrá-los como parte das lideranças desses movimentos? Napoleão III, apesar de se considerar partidário dos nacionalismos, opôs-se à posição do Czar de protetor das populações ortodoxas dentro do Império Otomano, mesmo que a identidade religiosa favorecesse a Rússia. Mesmo no apoio à causa italiana, é possível perceber que Napoleão III não estava tão comprometido com o nacionalismo quanto afirmava. Quando os grupos católicos franceses pressionaram o imperador para evitar a anexação do Estado do Vaticano ao Estado italiano, ele cedeu às pressões populares, propondo um armistício precoce e desagradando os nacionalistas italianos. Após a vitória da Prússia sobre a Áustria na batalha de Sadowa, a França tentou adquirir ganhos territoriais nos Estados alemães do sul, o que contrariava a unificação alemã.

Bismarck, por sua vez, após a Guerra Franco-Prussiana, anexou as províncias francesas da Alsácia-Lorena. As populações dessas províncias eram de fato germânicas, mas elas se identificavam muito mais com a nação francesa do que com a alemã; contudo, isto não impediu sua anexação até o final da Primeira Guerra Mundial, quando foram retomadas pela França.

Como visto, tanto Napoleão III quanto Bismarck favoreceram os movimentos nacionais, quando estes eram consoantes com seus objetivos, mas não tiveram maiores dificuldades em abandoná-los ou contrariá-los, quando estes não mais eram úteis. Claro

que os nacionalismos ajudaram a estabelecer uma identidade conjunta para os Estados da península italiana e da Confederação Germânica. Sem essa base nacional, com certeza não haveria unificação. Da mesma forma como Napoleão III e Bismarck ignoraram os princípios nacionalistas, quando isto fora conveniente, a presença de múltiplos movimentos, que nem sempre compartilhavam o mesmo objetivo, e a presença de pequenos Estados, que não desejavam a unificação, mas foram integrados a ela da mesma forma, mostra que não havia coerência com esses princípios mesmo dentro dos movimentos nacionalistas. Outro exemplo, de uma grande potência utilizando os nacionalismos para seu objetivo próprio, é a fomentação do movimento sérvio pela Rússia, apenas para reduzir a influência austríaca na região.

Como visto, a eclosão dos movimentos nacionais, foi guiada pelos interesses de algumas das grandes potências, quando conveniente. A nação, apesar de importante na formação desses movimentos, apenas triunfou em estabelecer um Estado nacional, quando as mudanças no sistema formaram um arranjo favorável ao *hegemon*, mesmo que em detrimento de outro Estado. Levantes nacionais como o irlandês, que não despertavam o interesse de nenhuma das potências, exceto é claro, o britânico em reprimi-lo, mostram que os nacionalismos foram utilizados nos jogos das grandes potências. Caso os nacionalismos eclodissem sem o patrocínio de alguma das grandes potências, isto não aumentaria sua legitimidade em representar todo um povo ou uma nação. Os múltiplos movimentos rivais e parte da população que não desejava ser reconhecida como nação, tanto na Itália quanto na Alemanha, apenas deixam claro que a união nacional era fruto do desejo de um grupo, que de forma eficaz, disseminou uma ideologia que o favorecia. Desde a Revolução Francesa, a burguesia agia cativando a população, convencendo-a dos benefícios da cidadania e da luta por uma nação.

Ainda que, os nacionalismos no Século XIX completassem seus objetivos de unificação ou separação sem tomarem parte dos interesses das potências, eles não poderiam ser classificados como fruto da vontade da população ou guiados unicamente pela ideologia liberal. Na unificação alemã, a relação entre os desejos econômicos da burguesia e o movimento nacional é mais evidente devido à *Zollverein*. A união aduaneira representa, na Alemanha, o que Hobsbawm considera como a segunda fase dos movimentos nacionalistas, a de liderança.

CONCLUSÃO

Após séculos contínuos de guerras generalizadas na Europa, especificamente, depois da tentativa de Napoleão de dominar o continente, surge um Concerto de grandes potências que foi capaz de exercer uma hegemonia conjunta. Muito da estabilidade do Século XIX é atribuída ao Concerto Europeu. Contudo, como demonstrado, no decorrer deste trabalho, o chamado “um século de paz”, de 1815 a 1914, não pode ser considerado como um período uniforme, nem de paz constante. Ao se compreender que a paz estabelecida a partir da Convenção de Viena e a encontrada antes da Primeira Guerra Mundial são completamente diferentes conclui-se que o Século XIX não foi um período contínuo sem a guerra.

É possível afirmar que a ordem internacional prevaleceu nos primeiros anos de funcionamento do Concerto, até a eclosão da Guerra da Criméia e dos movimentos nacionais. Contudo, após 1871, pouco havia da sociedade internacional que estabelecera aquela ordem. A partir deste momento, a paz encontrada seria apenas a estabilidade precária que antecede um ajuste no equilíbrio de poder, ou seja, a guerra.

O desenvolvimento econômico do período favoreceu a expansão imperialista das grandes potências. Se durante as guerras generalizadas do Século XVIII a economia servia para manter a máquina bélica em funcionamento¹²⁸, cem anos depois pode-se dizer que a guerra cessou em nome da riqueza. Na Grã-Bretanha, a priorização dos interesses econômicos poderia ser, de acordo com Kennedy¹²⁹, facilmente notada: como as forças armadas eram consideradas fatores improdutivos pela teoria econômica liberal, os orçamentos militares seriam mantidos no mínimo possível. Mas se o vislumbre de novos mercados incentivou a Grã-Bretanha a desejar a paz na primeira metade do Século XIX, quando as outras potências emergiram como possíveis rivais a economia também foi causa da guerra. O choque de imperialismos aumentou os atritos que já havia entre as grandes potências. Apesar do imperialismo não ser apontado neste trabalho como a causa única do conflito, ele agravou consideravelmente as rivalidades na Europa.

¹²⁸ KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 82.

¹²⁹ *Ibidem*, 152

Os movimentos nacionais, apesar de sua ideologia popular, foram utilizados pelos interesses das grandes potências. A Áustria, principal interessada em manter o mapa europeu como estava, foi o alvo desses interesses: tanto Napoleão III quanto Bismarck enxergavam a política conservadora de Metternich como um empecilho. Contudo, as mudanças que as unificações italiana e alemã causaram foram tão profundas que aboliram a ordem de Viena substituindo-a por duas alianças em plena corrida armamentista.

Quando os acontecimentos supracitados são tomados em conjunto é possível visualizar melhor as condições para os momentos de paz durante o funcionamento do Concerto Europeu. Em seu período inicial, havia o temor de que mais uma vez, alguma das potências continentais, tentasse dominar toda a Europa. A Grã-Bretanha desejava a paz para usufruir do seu império colonial e a recém restaurada monarquia francesa buscava redenção das guerras napoleônicas. A Áustria temia que os princípios nacionalistas repartissem seu território e sua população multinacional, a Rússia começava o desenvolvimento de seu próprio império colonial, mas ainda não era rival da Grã-Bretanha nessa questão. A Prússia, que aparenta ser a mais fraca das cinco potências, desejava apenas a desvinculação da Áustria, mas reconhecia que não seria capaz de controlar os levantes nacionais sem a ajuda de Metternich. Cada qual com seu interesse, as potências desejavam a paz como um objetivo secundário.

Durante o período revolucionário do Concerto, grandes mudanças ocorreram em dois dos *hegemon*s: na França, Napoleão III tentaria retomar o legado do tio, e na Prússia, Bismarck removeria a Áustria como obstáculo e unificaria a Alemanha. O mecanismo de controle do Concerto, o arranjo de equilíbrio de poder, funcionou de forma eficaz para conter a Rússia na guerra da Criméia. Mas a passividade da Grã-Bretanha e da Rússia nas guerras de unificação alemã e italiana mostrou que a convergência de interesses das potências em se manter a paz não mais existia. A partir deste momento, os impérios comerciais das potências se aproximavam cada vez mais, indicando a iminência do momento de choque entre imperialismos. Kissinger é um dos autores que consegue discernir a paz do início do Século XIX da encontrada ao final. Entretanto, ele acredita que o fim do Concerto ocorreu após o término da Guerra

Franco-Prussiana. A visão adotada aqui é que no momento em que a Rússia e a Grã-Bretanha poderiam ter agido para enfrentar Napoleão III e Bismarck, mas não o fizeram, o sistema perdeu sua característica de ações multilaterais, ou seja, o mecanismo regulador do equilíbrio de poder.

A partir de 1871, já não havia mais nenhum concerto de grandes potências, apenas a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente. Os interesses existentes na primeira parte do Século XIX não existiam mais. Aos poucos, a rivalidade foi se acirrando dentro da Europa, e o choque dos imperialismos apenas agravou a situação. A corrida armamentista deste período apenas reforça que o fator que sustentava a paz era a estabilidade do equilíbrio de poder e não a ordem internacional, como no período inicial do Concerto Europeu.

Após o estudo dos acontecimentos relacionados com a “paz” européia do Século XIX, algumas considerações sobre este trabalho são necessárias. A análise da política das grandes potências, e seu relacionamento com as rivalidades imperialistas e os movimentos nacionais foi elaborada com êxito. Nenhuma das teorias adotadas pôde ser universalmente aplicada para explicar o objeto deste trabalho, mas tomadas em conjunto, elas foram capazes de formar uma leitura coerente e válida. Apesar do esforço de adoção de múltiplas teorias, e de várias perspectivas para a narração histórica, os eventos do Século XIX são demasiadamente complexos para serem resumidos nas categorias e conceitos aqui apresentadas. Alguns acontecimentos, como a partilha da África ou os movimentos nacionais menores, apesar de relevantes, foram omitidos não por negligência, mas porque sem um recorte espacial (no caso, as grandes potências européias) o trabalho perderia seu foco. Os acontecimentos históricos posteriores, como as duas guerras mundiais, devem muito de sua configuração aos eventos do Século XIX. Autores como Polanyi, Keynes e Carr elaboraram paralelos entre os dois séculos; contudo, nos exemplos citados a análise comparativa limita-se a uma mera contextualização. Este poderia ser o foco em pesquisas futuras: como o período entre-guerras está ligado aos episódios do Século XIX.

REFERÊNCIAS

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um Estudo da Ordem na Política Mundial.** São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CANESIN, Carlos H. **A Ordem e as Forças Profundas na Escola Inglesa de Relações Internacionais: Em Busca de uma Possível Francofonia.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n1/a07v51n1.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2008.

FARIAS, Rogério. **A Política Entre as Nações: A Luta Pela Guerra e Pela Paz.** Disponível em: <<http://rofarias.googlepages.com/Meuartigona-rbpin2ano47abertura10.pdf>> . Acesso em: 15 set. 2008.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848.** 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo Desde 1780: Programa Mito e Realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital: 1848 -1875.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph S. **Power and interdependence.** 2ª ed. Harper's Coll, 1989.

KISSINGER, Henry A. **Diplomacia das Grandes Potências.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2001.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz.** São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean B. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

RENOUVIN, Pierre. **Historia de Las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX**. Madrid: Aguillar, 1969. (Tomo I).

SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

VICENTINO, Cláudio. **História Geral**. 7ª ed. São Paulo: Scipione, 1997.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. **International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond**. 3. Ed. Needham Heights: Allyn and Bacon, 1999.

WATSON, Adam. **A Evolução da Sociedade Internacional: Uma Análise Histórica Comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.